

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA - PPGSP

ROBERTA BARCELLOS PESSANHA CRESPO

**CLASSE SOCIAL E COMPORTAMENTO POLÍTICO: UMA ANÁLISE TEÓRICA
COMPARADA NO BRASIL DOS SÉCULOS XX E XXI EM DOIS PERÍODOS DE
CRISE**

Campos dos Goytacazes, RJ
2020

Roberta Barcellos Pessanha Crespo

**Classe social e comportamento político: uma análise teórica comparada no
Brasil dos séculos XX e XXI em dois períodos de crise**

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Dutra Torres Junior

Campos dos Goytacazes, RJ
2020

Roberta Barcellos Pessanha Crespo

Classe social e comportamento político: uma análise teórica comparada no Brasil dos séculos XX e XXI em dois períodos de crise

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção de título de Mestre em Sociologia Política

Aprovada em: 30/07/2019.

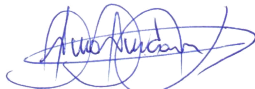
Comissão examinadora:



Prof. Dr. Marcos Abraão Fernandes Ribeiro
Instituto Federal Fluminense



Prof. Dr. Vitor de Moraes Peixoto
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro



Prof. Dr. Mauro Macedo Campos
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro



Prof. Dr. Roberto Torres Dutra Júnior (Orientador)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por todas as possibilidades que sempre me concedeu, por todos os privilégios presentes em meu caminho, por toda sede de conhecimento que se materializa nessa dissertação e que me levará muito além.

À minha família, nenhum "obrigada" será suficiente. Ao meu pai, José Roberto, que me ensinou o conceito de hombridade e divide comigo as inquietações diárias por um mundo menos desigual; à minha mãe, Angela Sueli, por seu amor concreto como uma rocha, a me ajudar com todas as revisões desta pesquisa e me segurar pela mão; ao meu irmão, Rafael, meu norte de ser humano em qualquer circunstância. A todos os familiares, representados na figura do meu avô, Elizeu Pinto Pessanha, que acreditou em mim todos os dias, até o fim da vida e além. Tudo que sou devo a vocês.

Ao meu orientador, Roberto Dutra, por impulsionar minhas inquietudes, exigir minha excelência e iluminar minha experiência.

Ao meu companheiro, Bruno Sanguedo, que suportou comigo dias de angústia, dividiu felicidades alcançadas e se preocupou com cada detalhe do nosso cotidiano para que eu pudesse dar o melhor de mim nessas linhas presentes.

Aos amigos que fiz até aqui, minha rede infinita de proteção, foram seus braços e pernas que me trouxeram a esse momento. Estar com cada um de vocês ao longo do percurso era parte deste destino. Vos homenageio na pessoa de Carol Côrtes, pelas incansáveis noites de sono perdido em que sempre estive por perto e a Tiago Cavalcanti, por me manter ereta e -se não plena, o mais serena que conseguiu.

Aos professores partícipes da minha formação intelectual, em especial os da UENF nessa trajetória da pós-graduação, saibam que nunca me senti tão em casa, tão pertencente a um lugar, tão certa de que era aqui que eu devia estar.

Aos colegas de turma, Mestrado em Sociologia Política 2017/2019, foi uma honra caminhar com vocês. Aos ainda mais meus, Fernanda Escudini e Wallace Mello: *veni, vidi, vici*. Só foi possível porque estivemos juntos, em todas as esquinas, em todas as horas.

Aos colegas de trabalho, pacientes e compreensivos com todas as ausências que a pesquisa me custou, em particular ao Professor Brand Arenari, grande incentivador de meu sucesso.

A todos os professores que aceitaram o empenho de participar da minha banca de avaliação, na fé de que valeria a pena essa jornada e dedicam seu tempo a me inspirar, Mauro Campos, Marcos Abraão Ribeiro e Vitor Peixoto -este que nunca me deixou desistir.

RESUMO

CRESPO, Roberta Barcellos Pessanha. Classe social e comportamento político: uma análise teórica comparada no Brasil dos séculos XX e XXI em dois períodos de crise. (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Rio de Janeiro, 2019.

Esta é uma pesquisa sob a forma de análise teórica comparada que visa contribuir com o debate acerca da assimilação das classes sociais enquanto fator influenciador do comportamento político dos indivíduos perante a sociedade, partindo especificamente de dois momentos de crise no cenário brasileiro, a década de 1960 e a de 2010. Além de abordar conceitos clássicos da divisão de classes, temas como industrialização, pós-materialismo e políticas identitárias foram agregadas ao eixo central, visando integrar alguma colaboração significativa. Através de uma revisão bibliográfica espero apontar se a questão de classes sociais é determinante para a organização político-social do Brasil.

Palavras-chave: classe social; comportamento político; pós-materialismo.

ABSTRACT

CRESPO, Roberta Barcellos Pessanha. Social class and political behavior: a theoretical analysis compared in Brazil XX e XXI in two periods of crisis. (Master in Political Sociology) – State University of North Fluminense Darcy Ribeiro - UENF. Rio de Janeiro, 2019.

This is a research in the form of a comparative theoretical analysis that aims to contribute to the debate about the assimilation of social classes as a factor influencing the political behavior of individuals before the society, starting specifically from two moments of crisis in the Brazilian scenario, the 1960s and the 2010s. Besides addressing classic concepts of class division, themes such as industrialization, post-materialism and identity politics were added to the central axis, aiming to integrate some significant collaboration. Through a bibliographical review I hope to indicate if the question of social classes is determinant for the politico-social organization of Brazil.

Keywords: social class; political behavior; post-materialism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1- Noções teóricas de classe e comportamento político.....	11
1.1- Classe, status e poder.....	11
1.2- Classe, status e poder no Brasil contemporâneo.....	18
1.2.1- Classes sociais e alinhamento eleitoral: o lulismo.....	19
1.2.2- Inclusão social e a questão da ordem na política.....	24
2- Pós-materialismo, questões identitárias e de comportamento.....	26
2.1- Materialismo e pós-materialismo.....	26
2.2- Política identitária e seus limites.....	37
3-Novas perspectivas sobre classe social e comportamento político.....	46
3.1- O golpe de 1964 e o antigo debate sobre classes sociais e política no Brasil	46
3.2- A mobilidade social e a situação de classes no Brasil.....	58
3.3- A sociologia disposicionalista e a política.....	64
3.4- A contingência na relação entre classe e política.....	68
4- Considerações finais.....	79
5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81

Introdução

As movimentações sociais brasileiras neste jovem século XXI provocam uma inquietude latente. Há algum tempo o surpreendente cenário político suscita uma gama de questões reflexivas -no senso teórico, mas sobretudo no prático, da vida cotidiana- que transbordam a maneira organizativa que tentamos dá-las. Passado um período de considerável crescimento econômico e bem-estar social atravessamos a crise vigente inseridos num labirinto de respostas morais e insuficientes. Uma crise democrática, econômica e social revidada com muitos contragolpes ainda desfocados, logo, impotentes, ou pouco potentes.

Não é a primeira vez que passamos por um momento como este em nossa breve história republicana. Certamente respeitando as individualidades de cada processo, o Brasil teve, na década de 1960, desafios similares, de desconfiança nas instituições e reflexões pulsantes acerca de seus agentes políticos e movimentos de massas. Permeados por um elemento chave, que é o fator "classes sociais" e influência que exercem no comportamento político, buscamos elucidar como esses dois momentos em questão podem contribuir com o entendimento do atual cenário.

O ponto central desta pesquisa gira em torno da compreensão do componente classista e seus desdobramentos no contexto político dos séculos XX e XXI. Colocados em xeque -e visivelmente enfraquecidos- os princípios republicanos em muitas nações-estado emergentes, há de se questionar os caminhos que se desenham. Muitas demandas emergem ao passo que avançamos no trabalho. Qual é o peso e o sentido da classe social na política para as diferentes abordagens teóricas? Existe uma relação causal entre "classe social" e comportamento eleitoral? O discurso da "manutenção da ordem" explica um comportamento eleitoral e tem apelo em uma classe social específica? A política de identidade consegue superar clivagens de classe ou ela ajuda a desenvolver novas clivagens deste tipo? Existem algumas propostas analíticas nesse sentido.

A ideia aqui lançada é analisar como a literatura de ciência política e sociologia têm abordado os desafios contemporâneos e a rota dos conflitos e das coalizões de classes sociais nas democracias contemporâneas. Dissertar e comparar algumas teorias e análises empíricas sobre a política, tendo como eixo o peso que atribuem ou não a estrutura de classes na orientação do comportamento político. A partir desses questionamentos, surgem algumas hipóteses.

Se tratando de comportamento político e eleitoral, uma primeira visão já bastante recorrente na academia é de que ambos podem ser explicados apenas como uma questão de classe social, ignorando ou subestimando fatores e nuances próprios da política. O clássico autor Karl Marx, pilar conhecido dessa perspectiva, delimita uma versão basicamente economicista e polarizada da questão. Naturalmente não há nada de simplório em Marx, em sua teoria de polarização do mundo moderno entre burgueses e proletários, mas a ideia é utilizar a divisão de classes baseada no lugar que ocupamos na cadeia de produção, como um balizador de sua visão de mundo.

Inversamente, existe também a perspectiva do individualismo metodológico, que insiste na via contrária: que o elemento 'classe' (ou qualquer outro que remeta à coletividade) não explicaria sob nenhuma circunstância o comportamento político dos indivíduos, apesar de não ignorá-lo. Max Weber instituiu outras categorias sociológicas referentes ao fator classista, permeados por fatores simbólicos, tangentes ao status social dos indivíduos. Aspectos fundamentais para coalizão das pessoas em grupos similares, referenciados não apenas por sua situação financeira, mas por interesses comuns, questões culturais e estilos de vida parecidos, premissa indispensável para uma organização social mais complexa.

Perpassados por outros autores modernos, as noções clássicas weberiana e marxista vão ao encontro de uma perspectiva mais recente, onde há vias que apontem o aspecto "classe social" importante como fator externo, mas reconstruído internamente pela política que atribui peso à classe social sem ser determinista, num paradoxo curioso, onde é a política que determina o peso e sentido que o fator "classe" tem na própria política. Discussão atravessada ao longo deste trabalho por outros tópicos paralelos, como o impacto da industrialização e modernização urbana nos dois últimos séculos, o pós-materialismo contemporâneo e os movimentos carismáticos que parecem suprir gestões públicas desgastadas, movendo em unidade, determinadas classes sociais.

O tema merece uma análise cuidadosa. Ao longo deste trabalho serão apurados os pensamentos vigentes adotados por expoentes da sociologia política, a fim de demonstrar que o objeto da pesquisa corresponde a um conceito complexo, dinâmico e recorrente ao universo acadêmico ao longo dos anos, constatando sua atualidade perene e cerne de nossa atenção. A serviço do conhecimento científico, espero contribuir com o debate.

Capítulo 1

Noções teóricas de classe e comportamento político

1.1- Classe, status e poder

O termo classe social, no sentido que conhecemos hoje, se inaugura na teoria marxista e estipula que se trata de um grupo de indivíduos que ocupam uma mesma posição nas cadeias de produção de uma determinada sociedade. Através de vários de seus escritos Karl Marx (2007) divide o corpo social em dois grupos¹ relativos à detenção dos meios de produção ou a força de trabalho como mercadoria. Naturalmente, há outros fatores que garantem pertencimento a uma classe social, como a consciência de compartilhar interesses e preferências similares entre si e o despertar para a luta de classes –segundo o autor alemão, o único motor da História. O tema das classes em Marx já foi exaustivamente tratado ao longo de trabalhos sociológicos e políticos até aqui.

Marx (2011) esclarece que as classes não pertencem ao mundo das ideias, mas são uma realidade material que interfere de maneira prioritária no comportamento dos atores. Sobre os mecanismos capazes de transformar uma classe dominada em dominante e assim modificar sua própria condição, diz:

O poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para dominar outra. Se, em sua luta contra a burguesia, o proletariado necessariamente se constitui em classe, se por meio de uma revolução se converte em classe dominante e, como tal, suprime violentamente as velhas relações de produção, então, junto com elas, suprime os antagonismos de classes e as classes em geral e, com isso, abole sua própria dominação de classe. (MARX, 2011, p. 87).

Obra marxista importante, *n' O 18 Brumário de Luís Bonaparte* Marx aponta que classes e/ou frações que tem dificuldade de se organizar precisam que esse Norte venha de instâncias mais altas, já constituído e designado de cima para baixo, de modo mais silencioso que a auto-organização tradicional classista.

Marx (2007) disserta ainda sobre a importância da consciência de classe e como esta vem a ser a única ferramenta capaz de revolucionar a realidade da classe trabalhadora. Difere a atribuição da "classe em si" -o fato de pertencer organicamente

¹ Parte de sua obra mais famosa -"O Capital"-, "O Manifesto Comunista" tem todo seu primeiro capítulo definindo as características das classes que considera em oposição direta -burgueses e proletários-; bem como "A Ideologia Alemã" descreve a polarização entre classe dominante e classe dominada.

a uma classe, sem obrigatório discernimento da própria condição- de "classe para si", quando um grupo tem a consciência de ser uma classe, que tem aspirações e oposições análogas, se identifica com seus pares e se apropria do movimento de lutar por valores e interesses em comum. A "classe em si" corresponde a vaga que cada indivíduo ocupa no processo de produção, enquanto a "classe para si" determina o grau de lucidez quanto a ser parte do processo transformador. Segundo essas categorias marxistas, podemos balizar esta análise no que diz respeito às classes e ao comportamento eleitoral dos indivíduos e seus agrupamentos.

Por sua vez, Max Weber (1974) disserta sobre classes sociais, grupo de status e poder, entendendo este último como a possibilidade de os seres humanos realizarem a própria vontade numa ação comunitária, muitas vezes não em conformidade e até mesmo à revelia de alguns que não participariam desta ação. A luta por esse "Poder" também pode ser condicionada pelos marcos sociais que o definem. A ordem social, que aqui é o que nos interessa, é a forma como bens e serviços são distribuídos e usados, certamente influenciados pela questão econômica e vice-versa. Weber acredita nessas distinções classistas, não como formação de comunidades, mas como bases possíveis e pertinentes de uma ação coletiva. Ilustra sobre o termo:

Podemos falar de uma "classe" quando: 1) certo número de pessoas tem em comum um componente causal específico em suas oportunidades de vida, e na medida em que 2) esse componente é representado exclusivamente pelos interesses econômicos da posse de bens e oportunidades de renda, e 3) é representado sob as condições de mercado de produtos ou mercado de trabalho. Esses pontos referem-se à "situação de classe", que podemos expressar mais sucintamente como a oportunidade típica de uma oferta de bens, de condições de vida exteriores e experiências pessoais de vida, e na medida em que essa oportunidade é determinada pelo volume e tipo de poder, ou falta deles, de dispor de bens ou habilidades em benefício de renda de uma determinada ordem econômica. A palavra "classe" refere-se a qualquer grupo de pessoas que se encontrem na mesma situação de classe. (WEBER, 1974, p. 212)

Diferente de classes, os estamentos representam aqueles em que o destino não é determinado pelo uso ou possibilidade de usar bens e serviços.² Esses sim, são comunidades, determinadas pela honra e não pela situação econômica. Já no início

² Segundo essas definições, Weber exemplifica os escravos como estamento e não classe.

do século XX Weber descrevia rentistas e acionistas como um estrato social que usufrui de lucros praticamente “gratuitos” em detrimento do trabalhador ou mesmo de empresários e fabricantes. Atrela a situação de classe à formação dos partidos políticos, provando a importância do fator classista na influência do comportamento político. Para Weber, classe e partido são aspectos condicionantes do estamento, estritamente ligados ao modo como os indivíduos refletem culturalmente suas condições sociais. Segue:

A participação política ou situação de classe foi, em todas as épocas, pelo menos frequentemente decisiva. E hoje a situação de classe é, de longe, o fator predominante, pois decerto a possibilidade de um estilo de vida esperado para os membros de um estamento é, em geral, economicamente condicionada. (WEBER, 1974, p. 223).

Em linhas gerais Weber demonstra que as classes se estratificam baseadas em como se relacionam com a produção de bens e utilização de serviços, enquanto os estamentos estão diretamente ligados ao consumo desses mesmos bens e serviços. No Brasil das últimas duas décadas é muito visível a estratificação segundo esses critérios e como se comportam eleitoralmente, obedecendo aos previstos referenciais de agrupamento. Sérgio Costa (2018), comenta que para Weber, pessoas incluídas numa mesma classe podem agir politicamente afinadas, em situações específicas, funcionando como uma comunidade de interesses comuns, mas que essa não é uma cláusula obrigatória, nem uma premissa, pois se assim fosse, levaria nossas análises a sérias distorções. Weber não se furta de afirmar que a pura situação de classe tem uma significação poderosa, principalmente em períodos de transformações técnicas e econômicas, como veremos mais a frente com Seymour Martin Lipset, Ronald Inglehart e Christian Welzel.

Antes disso, Costa faz ainda uma comparação assertiva entre as teorias marxista x weberiana, demonstrando suas questões nevrálgicas:

As abordagens que partem de Weber apresentam em comum com os marxistas o fato de afirmarem que as classes sociais constituem um princípio conformador da estrutura social das sociedades modernas. Discordam, contudo, dos marxistas ao questionar o vínculo necessário entre a classe, entendida como “situação de classe”, isto é, como a inserção material na estrutura social e formas de ação e comportamento, seja no plano cultural ou político. Portanto, a tradição weberiana nega qualquer determinismo político que decorra da situação ou posição de classe. Nos dizeres do próprio Weber, pessoas que pertencem a uma mesma classe podem até agir politicamente, em circunstâncias determinadas, em favor de seus interesses comuns como uma comunidade de interesses, “mas não tem que ser assim; de qualquer forma classe não é uma comunidade [Gemeinschaft] e tratar classes

conceitualmente como sinônimo de comunidades leva a distorções” (Weber, 1956 [1922]:533). (COSTA, 2018, p. 501)

Carlos Eduardo Sell (2016), por sua vez, analisa as categorias weberianas para o recente cenário brasileiro, com ênfase na classe média. É como se o espectro da classe média fosse a chave de toda explicação do Brasil contemporâneo.

Sell traduz o esquema weberiano de classes e analisa em seguida como se aplica ao momento que nosso país atravessa:

Em vez de classificar e descrever a posição dos indivíduos em termos de condições compartilhadas, ele destaca os mecanismos e processos que envolvem a transformação e a modelagem dessas diferenças econômicas em camadas sociais específicas. Baseando-se nesses critérios, Weber pretende desenvolver, então, uma tipologia dessa estrutura da sociedade contemporânea baseada em 4 classes sociais: 1) proprietários 2) pequena-burguesia 3) intelectuais e profissionais liberais e 4) trabalhadores como um todo. (SELL, 2016, p. 355)

Esquemas, que apesar de algumas nuances, são bem parecidos com os demais apresentados no decorrer desta pesquisa, estruturado nesse caso, de acordo com a produção e consumo de bens e serviços. Tanto as sociedades modernas, referenciadas no mercado, se estruturam por classes e por estamentos economicamente condicionados, quanto sociedades mais arcaicas, equiparadas ao feudalismo ou colonialismo o fazem.

Sell também chama a atenção para a descrição de uma natureza automática na transição do âmbito econômico para o político, que aponta a inadequação da teorização de Marx sobre a relação entre o aspecto econômico/objetivo e o político/ subjetivo das classes. Para o autor, existem mecanismos de distinção entre os grupos sociais, que determinam seus limites, por exemplo: um tipo específico de conduta de vida, o nível de educação formal e o prestígio advindo das gerações anteriores e/ou profissão. Nesses casos, o conjunto de fatores que determina uma classe social para Weber se assemelha mais às noções bourdesianas de classe e estamento e o distancia dos parâmetros marxistas. Disserta:

Daí o marxismo, mais do que um elemento de ecletismo bem temperado, atuou como eixo epistemológico e axiológico principal, relegando Max Weber aos estudos da dimensão estamental da vida social brasileira, deixando Marx para esclarecer os mecanismos responsáveis pela geração de classe em uma ordem social burguesa situada na periferia do capitalismo. (SELL, 2016, p. 361)

Sell analisa que para Pierre Bourdieu (2011) um modelo mais acertado de estratificação social se dá a partir de uma crítica à Weber, cujo autor identifica uma fissura entre os elementos de classe e estamento. Bourdieu observa Weber através da dicotomia entre classe (material) e estamento (simbólico) e constrói um pensamento através do qual pretende superar também a dimensão objetiva (realista) e a subjetiva (nominalista) da questão de classes. Para ele, classe e estamento se misturam no conceito de classe social, ilustradas pela definição de capital cultural, como distinção relacional, enquanto para Weber a dimensão material e a simbólica são segregadas.

Costa (2018) também analisa as dimensões weberianas de classe, estamento e partido em consonância com Bourdieu, quando afirma que classe corresponde ao aspecto econômico concreto da desigualdade, enquanto estamento diria respeito ao âmbito das interações, relações sociais no sentido bourdesiano ao que se refere o capital cultural. Aos partidos, resta concepção relativa ao poder das desigualdades existentes, envolta não apenas de uma dimensão, mas de categoria transversal que perpassa todas as dimensões.

Acompanhando o discurso de classe e estamento em Weber, Sell aponta um recente fenômeno contemporâneo a ser observado nesse início de século XXI: uma nova *welfare-class*, composta majoritariamente por mulheres e imigrantes. Esse segmento estaria fortemente imbuído de referências de profissionais liberais e intelectuais, enquanto os trabalhadores formais, operários descritos por Marx, estariam passando por um processo agudo de diferenciação.

Num cenário como esse, os tradicionais conflitos de classe perdem sua centralidade, deixam de ser sistemáticos e passam a disputar os recursos e espaços modernos, em detrimento das disputas políticas convencionais.

Outro autor que atravessa esse tema, em artigo recente intitulado *The New Class War*, Michael Lind (2017) defende que a Guerra Fria teve seu fim, mas foi substituída por uma guerra de classes, com outras divisões e subdivisões. Em sua leitura, o neoliberalismo desconsidera o tema classes sociais, simula que essas desapareceram, que a sociedade é puramente meritocrática, e nesse sentido os neoliberais atribuem o populismo exclusivamente ou a burrice ou a intolerância contra minorias. Esta disputa ideológica, na medida em que setores progressistas se juntam

na condenação do que chamam de populismo, contribui para a formação e hegemonia de uma nova classe administrativa.

Setores mais conservadores norte-americanos também negligenciam o discurso das classes sociais no ocidente, na tentativa de imprimir a lógica de que as engrenagens econômico-sociais venham a funcionar por mérito de um agregado de talentosos e esforçados indivíduos. Apesar do despreço pelo pensamento tradicional acerca das classes sociais, esses nichos conservadores e liberais estão começando a se sentir ameaçados por uma nova realidade: grupos formados por progressistas intelectuais, como professores, jornalistas e ativistas voluntários, que seriam nesse momento, mais poderosos e influentes do que grupos de executivos e banqueiros, aliados habituais desses setores reacionários. O Marxismo tradicional, por sua vez, insiste numa defesa polarizada do papel de classes, mas para Lind, aquele ideal de luta classista de trabalhadores industriais como agentes da revolução está obsoleto. Não existe mais.

Num ensaio sobre os pensamentos de James Burnham, George Orwell acena que o capitalismo está desaparecendo, mas tampouco o socialismo irá substituí-lo. Nem o capitalismo, e sequer a democracia vão ter espaço nesse novo mundo. Quem vai efetivamente controlar a produção seriam os executivos, os tecnocratas e burocratas, sob a alcunha de *managers*, ou seja, de gerentes, e eles vão formar essa nova classe dirigente.

Essa classe, ou subcategoria, não vai consistir numa rede de pequenos e independentes estados, mas será representada por super-estados agrupados em torno de países industriais, nos grandes centros econômicos da Europa, Ásia e América. Disputando entre si, internamente cada sociedade tende a ser hierárquica, com uma aristocracia talentosa no topo e uma massa de semiescravos modernos na parte inferior.

A "teoria gerencial" da sociedade é uma teoria elitista, não uma teoria plural. O domínio gerencial é reforçado pela mobilidade lateral nos níveis mais altos da sociedade. Os teóricos a quem faz referência Michael Lind neste artigo -James Burnham e John Kenneth Galbraith- embasam a ideia de que a classe administrativa é intrinsecamente má ou ilegítima. Eles também não acreditam nos 'gerentes' como uma classe dominante hegemônica -ao menos não mais como os capitalistas antigos ou senhores feudais eram no passado-, mas como uma classe fluida e dinâmica.

Naturalmente essa nova categoria se criou sobre o trabalho precarizado. Enfrentamos atualmente uma grave crise imigratória, e o capitalismo se relaciona com ela enquanto força produtiva. Na questão da imigração, tal como politizada nos Estados Unidos e em outros países do Atlântico Norte, encontramos o peso da classe social no comportamento político, visto que este grupo representa uma nova realidade, parcela da população influenciadora de conduta política de maneira prática e real. Uma evidência de como os costumes, e não o fator econômico isolado, podem alcançar novos parâmetros no que diz respeito ao regimento social. Weber sinaliza exatamente o papel dos estamentos nessa revolução comportamental das classes. Lind acredita que o trabalhador tradicionalmente organizado geralmente se opõe a imigração de larga escala de qualquer tipo, enquanto os capitalistas *gerentes* veem com bons olhos esse tipo de imigração. Na grande maioria dos países ocidentais a questão da imigração coloca essa elite gerencial contra a classe trabalhadora tradicional -composta pela população original de cada estado-nação.

Alguns países do ocidente inclusive têm políticas que encorajam a imigração de trabalhadores não especializados e -consequentemente- de baixo salário, mas na maioria dos lugares essa imigração acontece como incidente e resultado de outras políticas.

A questão imigratória também vem imbuída de um aspecto diretamente ligado às disputas classistas: a ideia de *welfare state* fica ameaçada, uma vez que se trata de um pacto no qual através do princípio da solidariedade, os membros de uma nação acordam sobre trabalho e impostos de uma maneira que se ajudem mutuamente. A questão é que os trabalhadores tradicionalmente organizados não consideram esses novos imigrantes co-cidadãos, como partícipes da nação em igualdade de condições. A lógica que impera é a dos trabalhadores nacionais preteridos por estrangeiros, e de que estes não seriam merecedores das benesses do *welfare state*. Em sua lógica, imigrantes não especializados não pagam impostos suficientes para cobrir os benefícios que recebem.

No período pós-guerra, onde Lind afirma datar o aparecimento cronológico da "classe gerencial", pode-se dizer que houve um fechamento econômico e as democracias industriais da América do Norte e da Europa entraram numa era turbulenta. A nova "classe administrativa" destruiu os acordos sociais, criando dessa maneira, novos tipos de políticas isoladas da participação popular e da democracia

eleitoral, baseado nos grandes financiadores empresariais e mudando as coalizões vigentes e desenhos de alianças nas elites ocidentais.

Nesse cenário, é natural que se cadencie uma consequente batalha ideológica entre trabalhadores excluídos (recrutados das minorias nativas e imigrantes) e classe administrativa de incluídos (fomentadores dos movimentos fascistas, favorecidos militarmente e economicamente pelas elites locais, impelidos a bloquear uma democracia social e o comunismo), sinal dos novos tempos. Pode-se também prever -e a essa altura, atestar-, que apesar de estarem em maior número os trabalhadores geralmente perdem as batalhas, porque as elites controlam a expertise, a influência política, os meios de comunicação, as universidades e os setores voluntários. A maioria das ondas revolucionárias trabalhadoras se dispersa diante dos privilégios concretos da elite.

É um duelo perene esse, pautado nas diferenças classistas.

De todos os autores tratados nesse capítulo, e daqui pra frente, é importante pontuar o peso das teorias marxista e weberiana como caminho natural da discussão de classes sociais e comportamento político. Se para Marx as classes sociais são forjadas segundo a determinação no espectro das relações de produção e consequentemente pautam toda a existência dos indivíduos e suas diferentes formas de posicionamento e atuação perante a sociedade, para Weber o fenômeno econômico das classes sociais não podem soterrar seu aspecto simbólico, previsto nos estamentos, que podem, inclusive, sustentar mudanças sociais concretas através do carisma de um líder.

1.2- **Classe, status e poder no Brasil Contemporâneo**

Há ainda uma gama de autores contemporâneos que se dispuseram a teorizar sobre novas configurações sociais. Entre os brasileiros, essa discussão ganha impulso a partir da popularização da expressão “nova classe média”³.

³No início da segunda década dos anos 2000, o economista Marcelo Neri (2011) faz um estudo sobre a ascensão da classe D a C no Brasil, observando as possíveis fontes dessa mobilidade e suas consequências. Por “nova classe média” o autor indica um público que necessariamente aumenta seu poder de compra, mas que ainda detém alguns dos antigos costumes, distanciando-se culturalmente da “velha classe média”; não apenas relativo ao poder aquisitivo, mas também aos hábitos díspares dos mais antigos.

André Vítor Singer, cientista político, reconhecido estudioso do chamado "lulismo", faz um debate com recorte nacional de classes sociais e se refere ao movimento lulista como um fenômeno de representação de uma fração de classe. Por que isso importa? Porque para o autor o conceito de classe é heterogêneo e permite variados desdobramentos. Singer (2012, p. 212) afirma que “no Brasil não existe uma nova classe média, mas um novo proletariado”. O autor desenvolve a ideia de "novo proletariado" no país, que em vez de representar uma nova classe média propriamente dita, representaria uma classe intermediária, visto que viria abaixo da classe média tradicional, acima do subproletariado⁴, e diferente do proletariado tradicional marxista, que compunha a base da pirâmide econômica.

No Brasil, buscou-se estabelecer um discurso ufanista que considera todos que não tem baixíssima renda, e experimentaram alguma ascensão social, integrantes da classe média. A discussão começa no despertar da década passada sobre o nascimento de uma nova classe média, ideia que Singer rejeita veementemente, como observa José Maurício Domingues (2013) quando atesta que a base eleitoral de Lula em 2006 é a do subproletariado (conceito desenvolvido pelo economista Paul Singer nos idos da década de 80, assumindo estes como trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes). Uníssono à Singer, faz também contraponto a tese de 'hegemonia às avessas' onde trabalhadores realizariam a agenda das classes dominantes, abraçando o neoliberalismo (OLIVEIRA, 2010). Diferente de Singer, porém, José Maurício prefere denominar essa fração apenas de 'classes populares'.

1.2.1- Classes sociais e alinhamento eleitoral: o lulismo

A análise referente às classes sociais presentes no Brasil se desenha sob um período específico, que se desdobra em paralelo com as duas eleições conquistadas pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Singer avalia essa caminhada observando que em 2002, ano do primeiro pleito vencido, o voto de Lula não era

⁴Conceito analisado por Paul Singer (1981), respaldado pelo livro três de “O Capital”, o subproletariado é a fração da classe trabalhadora cuja pobreza material lhe confere um caráter específico, pois, apesar dele estar inserido na produção, ou seja, trabalhar, é justamente por sua miséria que fica desprovido de meios de organização e capacidade de se impor politicamente.

especialmente identificado com nenhum estrato social. Antes ainda, nas eleições de 89 que fora derrotado por Fernando Collor, Lula admite em discurso quem compunha seu eleitorado – amplos setores da classe média: boa parte do funcionalismo público, intelectuais, estudantes, sindicalistas... ou seja, o chamado setor médio da classe trabalhadora. Notoriamente esse nicho não se convertia na maioria dos votos. Em 89, havia uma forte hostilidade às greves, fator importante na explicação do comportamento eleitoral daquele ano, e os mais pobres eram ainda mais resistentes às greves do que os ricos. A ameaça à estabilidade, uma preocupação social latente, é um elemento importante a ser discorrido um pouco mais adiante.

Voltando à 2002, Jessé Souza (2016) avalia que após a ressaca de anos de neoliberalismo e paulatinas privatizações dos anos anteriores, se abre nova possibilidade de ascensão de um partido ligado às causas populares. O Partido dos Trabalhadores chega ao poder e exerce um primeiro mandato onde pouco a pouco se testemunha a expansão da classe trabalhadora formalizada e a ampliação de seu poder de consumo, enquanto o crescimento da educação formal, acesso à cultura, bens e serviços dessa parcela permanece estacionado e ineficiente. A verdade é que a implementação de programas sociais de transferência de renda –como o Bolsa Família– e o aumento progressivo do salário mínimo fez ascender economicamente uma considerável parte da população. Singer considera que a expansão do crédito consignado à época fosse outro elemento do tripé de sustentação dessa nova base eleitoral que se formava, somado ainda a alguns outros programas específicos como o ‘luz para todos’, por exemplo. Souza, por sua vez, chama atenção ainda para os programas educacionais instaurados, que permitem à essa nova fração, pela primeira vez, uma transferência –ainda que a curtos passos– do capital cultural, antes monopólio das elites. A dimensão weberiana de status social permeia essa discussão no sentido de ilustrar as novas condições sociais do brasileiro nesse período. O capital cultural invocado por Bourdieu tem penetração no que tange às chances de mercado, mas é também disputa por status, bem como o consumo. O valor tangível dos novos bens adquiridos é também associado ao seu valor intangível, fazendo alusão direta à ascensão mencionada.

Com o chamado “mensalão”, começam, em 2005, a surgir os primeiros escândalos políticos envolvendo o Presidente e seu partido, que determinam a perda

de uma considerável fatia eleitoral.⁵ Preocupada com escândalos a classe média rejeita Lula na corrida à reeleição, que os substitui prontamente pelo público de baixíssima renda. A constatação simples aqui é que a base eleitoral lulista migra para o subproletariado, que já não pressentindo uma ameaça à ordem, o acolhe. Segundo Souza, quem salva o PT nas eleições de 2006 são os novos agentes sociais empoderados pelas políticas redistributivas. Singer observa, porém, que o partido não acompanhou o trânsito da troca de base de Lula. Domingues, por sua vez, afirma que Lula aproximou-se do centro para governar, mas nesse movimento diluiu a identidade de esquerda e pulverizou a bandeira da luta pela igualdade.

O fato é que em 2006 o subproletariado está no centro da equação eleitoral e fortemente difuso nos grotões de norte e nordeste, onde outrora foram enraizados partidos fortemente conservadores. Para Domingues à essa fração interessariam as políticas sociais, ao passo que ao social-democratas caberia a classe média desertora e opositora desse projeto.

O revés que acompanha esse deslocamento vem teoricamente precedido por Marx, anteriormente citado: classes que não conseguem se organizar de maneira orgânica precisam que suas diretrizes venham de instâncias mais altas, num movimento verticalizado. Para Domingues a esquerda não foi capaz de dar direção ao subproletariado, que por consequência encontra na figura tipificada de um líder carismático –ainda que não no molde clássico weberiano– sua efetiva representação. Na perspectiva desse autor, Lula nunca foi uma opção ideológica, mas um guia que opera a massa desorganizada reunindo desejos e esperanças traduzidos em projetos políticos, especialmente a essa camada da população. Dessa forma, a inclusão dessa base eleitoral se constitui por cima, como previsto pela lógica marxista.

Encontramos na recente história brasileira, então, um novo ponto de intercessão entre as teorias marxista e weberiana. A figura de Lula faz alusão ao bonapartismo descrito por Marx (2011), quando se identifica no então presidente

⁵No que diz respeito aos elementos elite e mídia, Jessé de Souza disserta assertivamente: a primeira elite a se organizar para suplantação das demais classes sociais é a financeira. Esta realiza, geralmente com sucesso, movimentos de cooptação das demais elites. A primeira a sucumbir é a elite intelectual, cuja opinião possui autoridade. Em seguida são incorporadas as elites política, jurídica e midiática. A partir desse momento constrói-se um imaginário social que é propagado à exaustão, como atualmente podemos constatar na obsessão no combate à corrupção, assunto praticamente limitado a classe média. Esse foi um processo aplicado em muitos momentos, seja no golpe militar de 64, na crise do mensalão, ou na derrubada de Dilma Rousseff em 2016.

petista o culto a uma personalidade carismática, na qual se centraliza uma grande coalizão de poder. Weber (1974) se apropria, em parte, da ideia marxista de cesarismo e consolida a contingência na relação entre classe e ação política, traduzindo-a para sua teoria de democracia plebiscitária das massas, na qual líderes de movimentos carismáticos despontam como alternativa política ao representar classes sociais e grupos de status na política, em combinação, mas também em tensão com a forma dos partidos, do poder e da democracia parlamentar.

Voltando ao cenário brasileiro, no caso de uma construção carismática verticalizada, o plano para traçar a direção política a essa fração de classe era tradicional em certo sentido: a manutenção da estabilidade com expansão do mercado interno. Segundo Singer, a receita deu certo. Dando prosseguimento ao pacto invisível com a burguesia firmado no governo Fernando Henrique Cardoso (o PT sempre sonhou com a “boa burguesia”, que ainda não se apresentou) Lula promete cuidar do Brasil com a “prudência de uma dona de casa”. Vivíamos num país onde até então a direita era peculiar, favorável à intervenção do Estado na economia com fins protetivos, bem como os setores populares que sempre apoiaram a intervenção do Estado para solucionar seus problemas –ainda que o Estado sempre tenha sido liderado, salvo Lula, por membros das classes dominantes–, diz Domingues. Identificada como opção que poria a estabilidade em risco, a esquerda dos movimentos sociais era preterida. Mais maduro e ciente dessa ressalva, Lula faz mandatos de “presidencialismo de coalizão”⁶, bem como nossos vizinhos.

O verdadeiro embate nunca se expressou como direita x esquerda no período em questão. O lulismo apenas coordenava do alto o projeto político desenhado ao subproletariado por seu líder carismático e na contenção dos setores médios através da estabilidade econômica e manutenção da ordem.

⁶ Paralelamente, Sérgio Costa nos dá uma noção mais efetiva do conceito de lulismo: um sistema de poder "que implicava um pacto de classes, segundo o qual se mantinha uma política econômica ortodoxa com juros altos, câmbio flutuante e orçamento público equilibrado, mas ao mesmo tempo se expandia fortemente os gastos sociais e se elevava o salário mínimo em termos reais na proporção do crescimento econômico alcançado. O pacto de classes deveria garantir ganhos tanto para os mais ricos, que ficavam isentos de aumentos de impostos ou confiscos de bens ou ativos, quanto para os mais pobres, que se beneficiariam dos programas de transferência de renda e do crescimento econômico esperado que lhes renderiam novas oportunidades econômicas. Do ponto de vista político-institucional, o pacto de classes era sustentado pelas alianças do Partido dos Trabalhadores com partidos mais à direita do espectro político." (COSTA, 2018, p. 508)

Para Domingues nossa tradição era mais profunda que isso, recordava o getulismo, lembrando que a polarização “pobres x ricos” também pode ser considerada uma distorção ideológica (não temos tantos ricos assim). A quem descontentavam os projetos de transferência de renda? As reais matrizes opositoras aqui são a do povo x anti-povo. A noção de povo está no centro do debate sobre o populismo, a liderança carismática e a inclusão das massas na política. Sua incontornável indefinição permite que seja manipulada por políticos para mobilizar maiorias diversas, podendo incluir ou não, por exemplo, setores da classe média. Visto anteriormente a consolidação de todo um discurso de justificação do *status quo* pela elite financeira, apenas se a ordem fosse ameaçada seus representantes poderiam retornar ao poder.

A luta de classes ainda é pertinente. Atualmente a classe administrativa revelada por Lind ainda alimenta o ciclo de exploração sobre os trabalhadores precarizados, não especializados, imigrantes, ou ainda à níveis globais, quando pensamos na mão de obra asiática. No Brasil contemporâneo, além de observarmos os desdobramentos da luta de classes, constatamos a condenação da orientação das classes populares alinhadas a um líder popular, como acontece diante do processo jurídico contra Lula. Essas insurreições trabalhadoras dos nossos tempos estão muitas vezes atreladas à ideia de populismo e obediência uma figura carismática. Para Singer (2012, p. 102), “se a hipótese do realinhamento se confirmar, o debate sobre populismo ressurgirá das camadas pré-sal anteriores a 1964, em que parecia destinado a dormir para todo sempre.” Confirmou-se. Figuras do porte de Luiz Inácio Lula da Silva, por exemplo, tem se consagrado no que diz respeito às mobilizações populares. Num cenário eleitoral conturbado estabilizou-se como líder absoluto nas pesquisas presidenciais de 2018, freado apenas por sua condição jurídica, era inegável a inclusão das massas no cenário político via Lula.

Este debate parece ter um foco extremamente duradouro: o de julgar a qualidade da orientação política das classes populares. Ao depreciar, com o conceito de populismo, o realinhamento político do subproletariado em torno de um líder carismático, avalia-se sobretudo a qualidade da relação de representação permitida pela mesma. Na crítica desqualificante ensejada pelo conceito de populismo, em troca de lealdade política, os pobres são agraciados com transferência de renda para satisfazer desejos e interesses de curto prazo. Esta relação de curto prazo é, na

história da inclusão política das massas, sempre tomada como motivo para atribuir irracionalidade ao comportamento político dos pobres (STAHÉLI, 2013). Ou seja, o conceito de populismo é uma crítica à qualidade democrática da representação promovida pela relação entre liderança carismática e classes populares que se baseia na atribuição de uma irracionalidade ao comportamento político dos pobres.

1.2.2- Inclusão social e a questão da ordem na política

Quando Weber (1974) fala em situação de classe, se refere ao modo como está distribuído o poder de disposição sobre a propriedade material, dentro de um conjunto de pessoas que convivem e disputam no mercado, fato que cria, por si só, oportunidades de vida específicas. No Brasil, as classes mais baixas -e consequentemente as que tem sua situação e suas chances de vida típicas mais ameaçadas- estão no topo da cadeia da vulnerabilidade, expostas à pobreza, às insuficiências de uma educação formal e à insegurança.

Dito isto, a questão da ordem é de extrema importância para a análise de classes. Singer define o lulismo como sustentado num subproletariado sobrecarregado de perigos em suas vidas individuais que, por isso, nunca aposta em mudanças que aparentam criar ainda mais perigos e confusões. Daí sua forte adesão à mudança com ordem.

A tese é que a situação de classe específica deste subproletariado, uma mistura do que Souza (2010) chama de ralé e batalhadores, promove uma disposição conservadora, caracterizada pela demanda de ordem para domar as turbulências da vida, especialmente da vida econômica. Esta disposição conservadora tende a se fortalecer quando as inseguranças socioeconômicas se agravam.

Voltando a'O 18 Brumário de Luís Bonaparte, Marx também observa o antagonismo das classes justificado no discurso da ordem quando afirma que "...durante a jornada de Junho todas as classes de partidos se haviam congregado no partido da ordem, contra a classe proletária considerada como o partido da anarquia, do socialismo, do comunismo." (MARX, 2011, p. 210).

O medo da ascensão das classes populares ao poder é também um ponto central na construção do argumento fascista que tenta justificar sua intolerância no combate aos grupos populistas.

Síntese do capítulo

O momento social brasileiro é complexo e delicado. O comportamento político que observamos, em especial na última década, suscitam dúvidas inéditas, visto que não obedecem a padrão precedente. Porém, é necessário apontar alguns aspectos congruentes, que flutuam ao redor do eixo central, que é o fator "classe social".

Karl Marx e Max Weber, na vanguarda do discurso, são uníssonos no papel influenciador das classes na política, ainda que acreditem em maneiras distintas de execução do mesmo. Enquanto Marx insiste na luta de classes diferindo a atribuição da "classe em si" e "classe para si", e a impressão que a consciência de classes causa no indivíduo, diante de seu escopo na própria História, através de Weber podemos sustentar o determinismo do grau de influência que a situação de classe exerce no comportamento político dos indivíduos.

Apesar de entender o peso do fator econômico na sociedade, Weber acredita que o fator classe social possa também administrar ingerência direta via poder simbólico, através da mobilidade de status de determinados grupos, apoiados em movimentos carismáticos. Para Marx essa também é uma possibilidade, mas enquanto este acredita que o bonapartismo, ou cesarismo, pode intervir de maneira verticalizada, de cima pra baixo, nas massas desorganizadas, Weber chama atenção para o movimento inverso, de baixo para cima, via democracia plebiscitária, através de um líder carismático apoiado em sindicatos, associações e partidos operários, vide o lulismo.

No avançar da História, há de se levar em consideração ainda as novas configurações de classe, ilustradas por Michael Lind e André Singer, entre outros autores, a fim de nos transportar para problemáticas contemporâneas perpassadas pela questão de classe e comportamento político, presentes principalmente nas questões ligadas a pós-modernidade e seus desafios, a ser explorado analiticamente em capítulo seguinte.

Capítulo 2

Pós-materialismo, questões identitárias e de comportamento

2.1- Materialismo e pós-materialismo

Autores que debatem a teoria democrática, como Seymour Martin Lipset (1967) ou Adam Przeworski (1995) encaram a modernização e industrialização como fatores fundamentais na configuração da democracia moderna, e consideram as classes sociais importantes, porém enquanto elementos externos à análise e comportamento político. Já Robert Dahl (1997) apresenta um outro panorama, mas no período que antecede sua escrita, a literatura tinha sido majoritariamente pessimista no que diz respeito à democracia nos países subdesenvolvidos, ao mesmo tempo que afirmava a excepcionalidade dos países desenvolvidos, provavelmente ligada também a modernização. Para Lipset, por exemplo, que inaugura esse tipo de análise, a modernização se tratava do aparecimento e incremento prévio de urbanização, educação, comunicação de massa, burocratização e etc.

Apesar de Lipset (1967) dizer que a democracia está associada à modernização isso não significa que a democracia só exista ou seja condicionada a mesma -ela favorece a manutenção da democracia, mas não necessariamente é causal. O autor também acreditava na influência que as classes sociais exerciam diretamente sobre a democracia. Uma das suas frases diz que: “uma numerosa classe média tempera um conflito, ao premiar os partidos moderados e democráticos e ao punir os grupos extremistas” (p.66). Isso significa que estratos inferiores à classe média podem ter inclinações a desorganização política, e às vezes, em seu extremo, até mesmo à barbárie; que dessa forma, as classes populares podem inclusive não serem passíveis de exercer a democracia, e essa é uma visão compartilhada pela maioria de seus contemporâneos.

Buscando em um período ainda mais longínquo, basicamente, a democracia depende das alianças de classe que foram construídas ao longo desse processo de modernização; onde a burguesia não enfrentou e destruiu a nobreza, a modernização resultou em regimes não democráticos: de um lado o nazifascismo, refletindo o *modus operandi* repressivo de trabalho rural, via aliança entre a nobreza e burguesia; ou no comunismo quando a burguesia era demasiadamente fraca e o tema do trabalho rural foi posto à parte. É importante observar que apesar da categoria "classe social" ter

sido inaugurada nos escritos de Karl Marx, o processo formativo dessa realidade é muito anterior ao séc. XIX.

Samuel Huntington (1994), cientista político norte-americano conhecido por sua veia conservadora, propõe outra explicação alternativa para o insucesso das democracias nos países subdesenvolvidos: para ele a democracia seria ameaçada pela entrada das massas na arena política. Como essas massas estavam recém-libertas da sua experiência estrutural anterior (que seria por exemplo, um trabalhador do campo preso a um senhor feudal, etc.), essas categorias populares seriam incapazes de apresentar o comportamento moderado que era louvado por Lipset; ou seja, que a modernização desestabiliza a democracia quando ela intensifica o conflito social. Huntington e Lipset compartilham visões de mundo similares. Ambos enfatizam o papel das classes moderadas, médias e legitimam “democraticamente” a exclusão das massas. Robert Dahl, por sua vez, não se apropria da questão das classes sociais, apenas sinaliza alguns pontos tangentes ao tema.

Para Dahl (1997) o pluralismo da sociedade é o que poderia garantir o sucesso à democracia, porque com vários grupos sociais o conflito acabaria se neutralizando; ou seja, ocorreria a preservação da liberdade política e a sobrevivência à contraposição de inúmeros poderes sociais independentes.

Dito isto, chegamos a Ronald Inglehart e Christian Welzel (2009), que aferem que o processo de modernização e desenvolvimento econômico é o maior influenciador no comportamento cultural de uma população. Para eles, existe uma premissa anterior ao momento da expressão política e autonomia de escolha em relação aos assuntos considerados abstratos (a exemplo das decisões políticas) que é a segurança existencial. Se uma determinada classe social deve se preocupar em comer, morar e trabalhar a fim de que isso garanta sua sobrevivência, dificilmente terá preocupações maiores com escolhas menos urgentes ou secundárias.

É importante perceber, porém, que não é automático que o sucesso de um sistema democrático seja fruto imediato do processo de modernização. Em muitos dos países estudados por Inglehart, o modelo pós-industrial culminou em versões políticas autoritárias de mobilização das massas.

"Autoexpressão" é um termo utilizado por Inglehart que discrimina o limiar da escolha autônoma possível, construída através da educação formal e familiar e

responsável pelos verdadeiros avanços democráticos. Se essa mobilização cognitiva fosse demonstrada de maneira evolutiva, poder-se-ia dizer que o desenvolvimento socioeconômico é o primeiro responsável direto pelo aumento dos níveis de educação formal e conseqüentemente do acesso à informação. Ainda que esse salto informativo não seja garantia da qualidade dessas escolhas (inclusive pela gama de informações disponibilizadas pelos grandes meios), seguramente ele amplia o leque de possibilidades da camada que atinge novo status cognitivo. Dizem os autores acerca desse comportamento:

Nas fases iniciais, a fome e a escassez representam uma ameaça imediata à sobrevivência individual, que é uma experiência direta de primeira mão. Não são necessários nem conhecimento especializado nem motivação intelectual para percebê-las, pois a fome, por exemplo, é imediatamente sentida. Os riscos da sociedade pós-industrial, ao contrário, são abstratos. Eles não se baseiam em experiências diretas, mas exigem percepções cognitivas. (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 56)

Dessa forma, classes sociais menos abastadas, devido sua insegurança econômica, tendem a uma visão política de curto prazo, que garante a segurança mínima, e não politizam tanto o estilo de vida, a dimensão do grupo de status. Por isso o discurso da ordem, e não apenas da segurança, tem eco dentre as camadas populares, já que não se trata de uma preocupação pós-material, mas material. Passam então a refletir sua condição cognitiva mais restrita através de seu comportamento político e eleitoral, uma vez que suas prioridades colidem com a insegurança existencial que as atinge.

Lipset (1967) perpassa o mesmo tema em determinado momento. O autor aponta tendências ao autoritarismo em sociedades constituídas majoritariamente por classes inferiores, uma vez que sua capacidade cognitiva é deficiente se comparada a sociedades de estratos sociais mais altos. Enumera características como baixo nível de educação formal, violência presente em ambiente familiar, fraca participação política ou voluntária na sociedade, pouca leitura, entre outros, como elementos interligados que fomentam essa predisposição ao autoritarismo tanto de direita, quanto de esquerda. Seria o desprivilegio econômico a principal causa do desprivilegio cultural, com limitação de fontes de informação e culminando na carência de faculdades intelectuais e emocionais. Naturalmente, esses estratos sociais se interessam menos por política formal/partidária do que classes médias e altas, alimentando uma possível correlação com atitudes não democráticas.

Mas, segundo Lipset, isso não significa que pobreza ou escassez econômica seja a causa pétrea de qualquer radicalismo. Apenas que camadas mais baixas estão mais expostas e vulneráveis a ele. Classes inferiores também tendem a ser mais conservadoras pelas mesmas premissas já elucidadas, uma vez que a manutenção da ordem está intimamente ligada à segurança existencial. O objetivo de vida da população mais pobre passa por atingir status de conforto e sobriedade referentes a classes mais altas que a sua própria, por muitas vezes comprando o discurso liberal econômico e refutando o liberalismo nos demais temas da vida. Discorre:

Os estratos mais pobres são mais liberais ou esquerdistas nas questões econômicas; favorecem as medidas do Estado do bem-estar, impostos de renda progressivos, apoio aos sindicatos, etc. Mas quando o liberalismo é definido em termos não-econômicos, por exemplo, no apoio às liberdades civis, internacionalismo, etc., a correlação é inversa. As classes mais abastadas são mais liberais, os pobres mais intolerantes. (LIPSET, 1967, p. 104)

O autor antecipa uma questão recorrente ao cotidiano vigente, que é a apropriação do discurso identitário pelas classes médias e altas (em sua parcela atualmente identificada com partidos ou movimentos de esquerda) e sua reprodução no que diz respeito ao comportamento político, enquanto as classes mais baixas concentram sua preocupação na estabilidade cívica e projeção econômica do país, visando atingir uma estabilidade pessoal/individual projetada em status superior aquele que vive.

Segundo o conceito marxista tradicional, o proletariado seria aquela classe predisposta à revolução justamente pela sua carência material -que nada teria a perder, mas é justamente essa classe que hoje se mostra atenta ao cenário econômico como um todo, porque acredita que seu próprio sucesso está relacionado à ordem social. O fim da luta de classes seria o apocalipse da história, subvertendo em si a justiça subtraída das relações exploratórias.

Porém o que vemos saltar aos olhos é uma nova configuração contemporânea, de uma crescente classe média que também afeta o pensamento político e democrático atual segundo o empoderamento cognitivo recém-adquirido. Uma numerosa classe média que "tempera o conflito", como elucidado por Lipset, dando forma e tom à queda de braço entre moderados e extremistas.

Enquanto isso, pode-se dizer que também as classes superiores têm seu comportamento político atrelados a renda nacional. Para além de todas as características de potência cognitiva através das condições de alcance à educação formal e afins, existe um outro aspecto norteador concreto, que é o receio de que a emancipação popular fira suas conquistas já estabelecidas e consistentes, o que influencia de maneira direta a atitude social e política das classes mais altas.

Verdade também que uma seguridade ou ambição classista baseia-se na percepção de sua auto condição econômica. No Brasil, por exemplo, o fenômeno da diminuição da desigualdade social ocorrida nas primeiras décadas do século XXI acarretado pelo estabelecimento dos -então recentes- programas sociais, ocasionou uma visível reflexão no comportamento político e eleitoral. As classes mais baixas que, não apenas sofreram, mas entenderam e assimilaram a mecânica de uma mobilidade social e econômica no sentido ascensor, assumiram uma prática eleitoral consonante com o governo vigente à época, a quem julgam ser merecedor de grande parte do crédito por essa transformação em suas vidas. Enquanto isso, em via oposta, cresce o discurso oposicionista a essa transição, das classes que supostamente estariam perdendo espaço para os emergentes.

Lipset aponta esse como um problema cada vez mais distante, visto que a falta de informação e o isolamento das camadas mais baixas vinha sendo substituído pela presença massiva dos meios de comunicação, havendo assim, uma pobreza estável e não questionada apenas em localidades ermas e dominadas pela tradição, cada vez mais escassas. Podemos acrescentar que atualmente, essa preocupação com a desinformação pode ser substituída pela preocupação com a má informação e seu caráter formativo das massas.

Possivelmente esse aparente déficit cognitivo das classes mais baixas abre espaço para a entrada do fundamentalismo religioso e dogmatismo rígidos, parentes próximos do radicalismo eleitoral. No Brasil, o neopentecostalismo se envereda por favelas, periferias e sertões de maneira célere e seus líderes se encarregam de ocupar espaços vagos negligenciados pelo Estado, de forma geral, nesses bolsões onde se localizam verdadeiras explosões demográficas. Lipset acredita que pobres estão sujeitos à uma maior sugestionabilidade em decorrência de uma falta de perspectiva temporal (ausência de sentido de passado ou futuro) e dificuldade de imaginação frente às dificuldades, principalmente às políticas e econômicas.

À parte das classes médias e superiores (prioritariamente seu nicho intelectual), restou a esquerda, a congruência moral com pautas igualitárias e o compromisso paladino da diminuição do abismo social que separa pobres e ricos. A outra parte das elites (geralmente a que emergiu na reprodução fiel aos moldes burgueses clássicos) restou o conservadorismo e banalizou-se as ideologias, justificada na resistência em aceitar uma política polarizada em luta de classes, baseando a análise em soluções meritocráticas de exceção.

Podemos também ressaltar como o papel das classes sociais em Lipset vai ao encontro da teoria weberiana, que de modo não determinista, influencia no comportamento político dos indivíduos:

A identificação da esquerda com a advocacia da reforma social e do igualitarismo; da direita com a aristocracia e o conservadorismo, aprofundou-se à medida que a política passou a ser definida como o choque entre classes. Os conservadores e marxistas do século XIX irmanaram-se na hipótese de que as clivagens socioeconômicas são as mais básicas na sociedade moderna. Uma vez que a democracia ficou institucionalizada e os receios conservadores de que o sufrágio universal significaria o fim da propriedade privada declinaram, muitas pessoas começaram a argumentar que a análise da política em termos de esquerda e direita, bem como de conflito de classes, simplifica excessivamente e distorce a realidade. Contudo, a tradição do discurso político, bem como a realidade política, forçou muitos estudiosos a manter esses conceitos básicos, embora outras dimensões, como as diferenças religiosas ou os conflitos regionais, expliquem o comportamento político que não obedece às linhas de classe. (LIPSET, 1967, pág. 136)

Naturalmente, o comportamento político e eleitoral é permeado por outros fatores que não apenas as divisões de classe. Lipset ilustra que nas democracias modernas, os partidos políticos representam os diferentes grupos, traduzindo o conflito econômico para uma versão mais organizada, inclusive extrapolando a clivagem classista.

A secularização⁷ e a divisão religiosa são fenômenos que devem ser levados em consideração, como já elucidado num parágrafo anterior. Se outrora a Europa fora palco da divisão cristã em católicos e protestantes (e isso foi um verdadeiro divisor de águas político e econômico), também hoje as democracias latinas são fortemente influenciadas pelo fator religioso. Parte da Ásia e da África também promove esse

⁷ É importante delimitar que secularização é uma categoria sociológica extremamente complexa, que não poderia se esgotar em poucas linhas, mas principalmente, cabe relevar que ela não se explica obrigatoriamente pela ausência de influência da religião na política. Esse aspecto está aqui empregado como um fator que concorre com as classes sociais, mas que se liga a elas de modo contingente.

debate, apontando uma possível análise que divida países em desenvolvimento e desenvolvidos (em sua maioria, secularizados).

Divisões étnicas, ou de gênero, certamente influenciam no comportamento eleitoral da população também. Ainda que a insurreição de movimentos ligados a essas pautas estejam insurgindo de modo recente, existe uma preocupação crescente com sua representação no poder. Para além disso, de maneira usual, grupos étnicos tem por muitas vezes sua condição atrelada a uma determinada classe social, e isso não pode se dar por descontado.

Segundo sua pesquisa em dados precedentes, Lipset afere que mulheres tendem a apoiar -inclusive mais que os homens- partidos conservadores, ainda que isso não tenha correlação direta com esses partidos apoiarem mais os interesses femininos do que masculinos, muito por estarem afinadas com os valores dos partidos conservadores mais do que outra coisa. Praticamente um século depois, apesar desse não ser um pensamento erradicado, há outros pontos de discussão que não estão mais blindados às mulheres eleitoras, possibilitando uma transição no comportamento eleitoral relativo ao gênero, e ainda ao recorte de gênero dentro das determinadas classes.

Poderíamos assinalar ainda, de acordo com o autor, o etarismo, o regionalismo e o nacionalismo/nacionalidade como fatores determinantes do comportamento eleitoral. O primeiro, dividido de maneira simplória entre os mais jovens e os mais idosos, certamente farão suas escolhas políticas de acordo com as experiências mais significativas à sua geração. Explicaria, por exemplo, a relação saudosista, ou de repúdio, que brasileiros que viveram a ditadura militar de 64 tem com a mesma e seus desejos ao tempo presente. O mesmo pode-se dizer aos jovens que clamam por um regime de exceção sem nunca o ter vivido.

Podemos estratificar o regionalismo, a grosso modo, em rural e urbano. Mesmo se não é uma divisão que faça tanto sentido quanto ao período em que Lipset escreveu, sabe-se que produtores agrários tem forte influência nos partidos que gerenciam o país. Talvez essa seja uma análise mais pertinente ao Brasil e aos países produtores de matéria-prima e alimentos, em detrimento aos países detentores da produção de ciência e tecnologia, reafirmando segundo essa mesma lógica, uma divisão de mundo entre pobres e ricos.

Quanto à referência de nacionalidade, temos na segunda década do século XXI uma questão pertinente, urgente e ainda a se descobrir os caminhos no que tange ao tema: estarmos vivendo uma crise imigratória importante e ainda não podemos avaliar com clareza seus reflexos na conduta e eleitoral e política moderna, como elucidado por Michael Lind em artigo analisado no capítulo precedente.

Para além dessa discussão de como as clivagens influenciam de maneira direta no comportamento eleitoral e político dos indivíduos não-organizados através de um partido, Lipset é categórico na síntese que elabora em referência a estes e sua ingerência despreziosa no sistema democrático:

O fato de que tantos interesses e grupos que não são classes sociais participam na luta partidária não desvirtua a tese de que 'a lógica do sistema partidário depende do alinhamento de opiniões da direita para a esquerda', como salientou o sociólogo e filósofo político Robert Maclver. "A direita é sempre o setor partidário associado com os interesses das classes superiores ou dominantes, a esquerda é o setor expressivo das classes sociais ou econômicas inferiores, e o centro é o das classes médias. Historicamente, este critério parece aceitável. A direita conservadora tem defendido as prerrogativas, privilégios e poderes estabelecidos; a esquerda ataca-os. A direita tem sido favorável à posição aristocrática, à hierarquia do nascimento e fortuna; a esquerda luta pela igualdade de vantagens e oportunidades, pelas reivindicações dos menos favorecidos. Defesa e ataque encontram-se, em condições democráticas, não em nome de uma classe, mas em nome de um princípio; mas os princípios em oposição têm amplamente correspondido aos interesses das diferentes classes. (LIPSET, 1967, p. 233)

O autor sugere também que quanto mais coeso é um sistema, possivelmente mais democrático ele é. A estabilidade de condições democráticas facilita um movimento orgânico que acompanhe o das ideias predominantes vigentes. Caso o momento seja de progresso aos grupos de esquerda, socialistas terão sucesso tanto entre seus pares, a classe trabalhadora, quanto com as classes mais abastadas, embora menos vigorosas. Se a onda for conservadora, não apenas as elites, mas também os mais pobres tenderão a escolhas políticas e eleitorais nesse sentido. Se por outro lado, a democracia é de grau fraco, seu reflexo na sociedade se inclinará à polarização e ao sectarismo.

Ele rejeita, porém, que um partido político deva ser setorizado e restrito. Ao contrário, indica que a verdadeira democracia só pode ser erguida através de maior representação possível dentro dos partidos políticos que pretendem governar. Uma democracia forte só se estabelece no equilíbrio perfeito entre consenso e conflito, que acontece de maneira interna e externa aos grupos políticos. Para a manutenção

básica do sistema os partidos precisam contar com muitos segmentos da população, e com seus líderes que representam simbolicamente a preocupação com os demais grupos a serem expressos.

A verdade é que não somos uma maioria de indivíduos exclusivamente identificados com um partido em sua totalidade ideológica, e que muitos dos valores intrínsecos a nossa personalidade eleitoral estão difusos em uma gama de grupos políticos de matriz racional aproximada entre si. Dessa forma, partidos -e líderes partidários- fazem concessões quando se encontram no poder, ou ainda para chegar até ele, e movimentos que tencionam o limite entre coalizões positivas ou espúrias são recorrentes. Acertar a medida desse empenho é um exercício democrático de construção do consenso que constrói a estabilidade de um sistema político.

Um pressuposto democrático é, inclusive, que os partidos incluam e atinjam adeptos dos mais diferentes setores da sociedade, e isso se dá a partir de um denominador comum (a ordem pública ou as políticas identitárias podem ser bons exemplos de temas congruentes). Se a sociedade estiver refém de partidos e grupos políticos sectários, excludentes e intransigentes, possivelmente a democracia não encontrará espaço para crescer, uma vez que uma sociedade polarizada exclui a tolerância e a falta de princípios básicos pré-estabelecidos não acena para nenhum tipo de compromisso ou acordo, mesmo que este vise o bem comum e a felicidade do povo. Diversamente, a experiência de pertencimento a determinadas classes sociais tende a ser unificadora, uma vez que interesses e costumes comuns norteiam a percepção política, também no que tange à democracia.

A polarização maniqueísta do cenário político induz ao erro: a disputa oca entre uma esquerda messiânica e intelectualizada versus uma direita paladina anticorrupção, cega ambos os grupos, perpetuando as feridas sociais à sua volta. Perfis forjados em justificativas históricas, mas com pouca capilaridade no *modus operandi* moderno, cheio de contradições e questões práticas a serem sanadas, onde o fator 'classe social' tem seu peso atribuído, mas também é atravessado por outros elementos e clivagens contemporâneos, como justifica Lipset:

A mais simples explicação para esse padrão generalizado é o próprio interesse econômico. Os partidos esquerdistas apresentam-se como instrumentos da mudança social, no rumo da igualdade; os grupos de renda inferior dão-lhes apoio a fim de passarem a desfrutar melhores condições econômicas, ao passo que os grupos de rendas superiores se opõem no intuito de manterem suas vantagens econômicas. Os fatos estatísticos podem

ser tomados, assim, como provas da importância dos fatores de classe no comportamento político. Essa relação entre a posição de classe (tal como é medida pela educação, renda, posição, poder, profissão ou propriedade) e as opiniões políticas ou escolha partidária está muito longe de ser constante. Muita gente pobre vota nos conservadores e alguns ricos votam nos socialistas ou comunistas. Uma explicação parcial desses desvios já foi assinalada: outras características e filiações grupais, tais como a crença religiosa, são mais salientes em determinadas situações do que a posição social (...) (LIPSET, 1967, p. 239)

Mas a posição social é importante ao indivíduo. O comportamento eleitoral de uma classe, se é que podemos definir o comportamento político por blocos, e que estes comportem as classes sociais, geralmente é precedido pela autoavaliação e percepção da própria configuração econômica a que se pertence. Naturalmente, essa percepção se dá de maneira comparativa a seus pares e referenciais. Indivíduos de renda mais baixa norteiam, em geral, seus sentimentos de superioridade em relação aos de classe média, ao patrão, ao burguês, uma vez que particularmente, almeja melhores condições de vida para si e para os seus. A classe média, por sua vez, comporta-se e caminha verso as elites, entendendo que aquele é o padrão que deseja alcançar. Aos estratos superiores, cabe a defesa dos privilégios que os coloca ali comparativamente aos grupos economicamente inferiores, que é quem dá sentido à sua superioridade.

Podemos observar a situação brasileira dos últimos anos no que tange a distribuição de renda e sua percepção. Um indivíduo reconhecido em seu crescimento, ciente de seu triunfo, comumente tende a demonstrá-lo de duas distintas maneiras: aquele que associa o próprio progresso ao mérito exclusivamente pessoal e aquele que entende que as mudanças em avanço na sua vida fazem parte de um contexto. O primeiro persegue os símbolos dessa ascensão: muda de bairro, de círculo social, frequenta novos lugares... Não deseja ser encarado como um *outsider*. Não obstante, adota indicativos políticos mais conservadores e em geral consonantes ao novo status. O outro grupo pode ser ilustrado pela nova classe trabalhadora no Brasil.

As políticas públicas dos governos petistas que se iniciam nos anos 2000 imprimiram grande reflexo na mobilidade social e conseqüentemente no comportamento político. Parte da população pobre, receptora da transferência de renda -em especial o Programa "Bolsa Família"- consolidou-se como base eleitoral nos anos seguintes principalmente porque associaram ao governo Lula uma mudança em sua qualidade de vida. Outro aspecto do programa que reflete diretamente no

comportamento político é o fato de, em sua maioria, as receptoras desse benefício serem mulheres, o que afeta sua autoestima, transfere (ou divide) o poder econômico familiar e desloca a percepção dessas cidadãs sobre elas mesmas, alterando a relação com o poder público e diante da configuração privada de suas vidas.

Inglehart outrora já chamava atenção a esse fenômeno. Para o autor a redução da pobreza ocupava papel fundamental na vida comum de uma sociedade, visto que diminuindo as restrições materiais à escolha humana nutria-se a já mencionada segurança existencial que permite aos indivíduos maior autonomia sobre suas escolhas reais, inclusive as políticas. Dessa maneira a inteligência popular tem lastro para se manifestar progressivamente.

Inglehart ainda sinaliza que as sociedades contemporâneas que experimentam uma maior segurança existencial passam a exercer um outro tipo de consumo, que chama de "consumismo político". Uma vez que se alimentam, se educam, habitam e convivem socialmente sem a urgência das necessidades vitais, os indivíduos passam a fazer escolhas simbólicas, referentes a um estilo de vida e nichos ideológicos a que pertencem ou querem aparentar. É cada vez mais distante a questão do sustento e, conseqüentemente, mais presente o signo de suas escolhas.

Esse perfil coletivo, que prioriza a autonomia, as escolhas individuais e a autoexpressão, é fruto do crescente nível educacional e de seus desdobramentos. Equiparado ao conceito de "capital cultural" bourdesiano, o componente cognitivo da educação é irreversível, na medida que o conhecimento continua a crescer. Não necessariamente ele garantirá segurança existencial e autoexpressão autônoma, já que estas dependem de outros elementos combinados (principalmente o desenvolvimento econômico local):

O desenvolvimento socioeconômico começa com as inovações tecnológicas que aumentam a produtividade do trabalho; a seguir, ele gera especialização ocupacional, aumentando os níveis educacionais e de renda; diversifica a interação humana, transferindo a ênfase de relações de autoridade para relações de negociação; no longo prazo, isso gera mudanças culturais, tais como mudanças nos papéis de gênero, mudanças nas atitudes em relação à autoridade, mudanças nas normas sexuais, declínio das taxas de fecundidade, ampliação da participação política e públicos mais críticos, menos facilmente manipuláveis (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 40)

Da mesma forma, Lipset corrobora com a ideia de que o comportamento político é influenciado, não apenas pelas classes sociais, mas por diversos outros parâmetros:

Todas as pesquisas sobre a escolha eleitoral relatam importantes diferenças nas obediências políticas de diferentes grupos de idades, dentro de estratos específicos da sociedade, bem como nos grupos educacionais, religiosos ou étnicos. (LIPSET, 1967, p. 276)

Questões raciais, etárias, étnicas, de gênero, entre outras, estão relacionadas não apenas ao comportamento eleitoral, mas intrinsecamente ao fator socioeconômico em si, o que poderia dar conta de explicar simultaneamente os parâmetros da autonomia política do indivíduo, de uma classe, da sociedade como um todo.

Uma ideia fica, no entanto, fortemente delineada nos escritos de Lipset: o autor expõe recorrentes vezes que segundo suas observações os estratos sociais mais baixos da população estão fortemente inclinados ao autoritarismo, possivelmente fruto de seu déficit cognitivo e algoz de toda uma sociedade empobrecida. Inglehart e Welzel, por outras vias, justificam a carência da autoexpressão desses indivíduos precisamente por esse déficit, baseado em necessidades primeiras dos cidadãos de países ainda em desenvolvimento. Nessas sociedades os partidos políticos tendem a ser disciplinados e organizados exclusivamente pelas elites. Ao passo que se modernizam, o processo democrático evolui e garante gradativamente a emancipação e participação eleitoral por meio do voto, mesmo que ainda atrelados e submissos às classes superiores, isso se dá em menor grau. Ainda sinalizam o enfraquecimento da classe trabalhadora tradicional -proletariado organizado em sindicatos, o advento da precarização somado aos movimentos imigratórios e a pressão da globalização como novos fatores a serem observados na análise do comportamento político contemporâneo. Todas estas, contribuições pertinentes que deverão pautar o debate daqui pra frente.

2.2- Política identitária e seus limites

Como podemos observar, um caro tema a ser abordado nessa pesquisa é a importância atribuída às políticas identitárias. Como ela se relaciona com o tema das classes sociais? Luís Felipe Miguel (2016) analisa se as clivagens de classe são

prioritariamente do conceito marxista ou se as políticas de identidade influenciam na construção do conceito de classe social. Para o autor, a centralidade atribuída à polarização entre dominantes e dominados é uma das características definidoras do marxismo e a partir disso, a desigualdade de classes tende a ser considerada como principal desigualdade social, raiz de todas as outras. Sobre o peso das questões identitárias em detrimento das questões de classe, diz:

A 'diferença' que constitui as classes é em si mesma 'uma relação de desigualdade e poder', ao contrário das diferenças sexuais e culturais. (...) Isto é, a diferença que separa mulheres e homens, negros e brancos ou gays e héteros pode deixar de estar vinculada a uma hierarquia, a relações de dominação ou a possibilidades assimétricas de acesso a determinados espaços sociais, mas não a desigualdade entre ricos e pobres ou entre patrões e trabalhadores. (MIGUEL, 2016, p. 74-75)

Para Miguel, se trata de fazer uma separação entre o que é mais importante (ponderando entre a questão econômica e a questão cultural), onde fatalmente o tema das classes sociais e, conseqüentemente, da luta de classes, acaba por ser mais resistente e central por abarcar as demais desigualdades.

No Brasil, os anos que se contabilizam após a queda de Dilma Rousseff vem sendo duros para as forças progressistas. Fortes investidas de políticos conservadores, resultando na vitória de Jair Bolsonaro para ocupar o mais alto cargo da política brasileira e todo corpo de parlamentares que se apoia nele e na agenda dos costumes, tem imputado aos partidos de esquerda reações mais dinâmicas e enérgicas.

O autor americano Mark Lilla (2018) descreve situação análoga nos Estados Unidos, onde os democratas/liberais tentam conter a onda conservadora crescente que elegeu e vem mantendo Donald Trump, a quem o autor chama de demagogo populista, no poder. Breves vitórias nas eleições de meio de mandato deram novo fôlego ao grupo opositor ao presidente, mas ainda não se mostram suficientes para conter as ações inusitadas da Casa Branca.

Lilla atribui à discussão exaustiva das chamadas pautas identitárias o fracasso da retórica democrata. Sugere que os liberais perderam a disputa pelo imaginário norte-americano, com soluções imediatistas que acabam por não ter capilaridade nas batalhas concretas. Ele faz um paralelo entre as dispensações Roosevelt e Reagan, que considera bons exemplos da polarização de projetos políticos que os Estados Unidos já conheceram, imputando aos liberais da era Reagan o recorte da política

identitária que os fez perder o sentido de coesão enquanto cidadãos e peças fundamentais na construção dos EUA enquanto nação. Diz:

Mas provavelmente a acusação mais danosa que se pode fazer contra o liberalismo identitário é que ele deixa os grupos que alega proteger mais vulneráveis do que de hábito. É um bom motivo para os liberais darem atenção especial às minorias, uma vez que é mais fácil desprovê-las de direitos civis. Mas, numa democracia, a única maneira de defendê-las a sério - e não fazer apenas gestos vazios de reconhecimento e entre "celebração" - é ganhar eleições e exercer o poder no longo prazo, em todos os níveis de governo. E o único jeito de conseguir isso é ter uma mensagem com apelo para o maior número possível de pessoas e assim uni-las. (LILLA, 2018; p. 16)

Verdade que é uma acertada observação a dissolução do elemento unificador com a popularização das pautas individuais. Em alguma medida é a outra face da moeda da narrativa dos costumes, retroalimentando um gigante adormecido, erroneamente dado por alguns como morto.

Lilla ainda aponta as universidades norte-americanas como o reduto intelectual onde esse pensamento ideológico foi forjado e transmitido aos jovens, agora imbuídos de certezas sobre o norte político estadunidense: uma política de autoestima e autodefinição que deixa pouco espaço para as construções coletivas. Afirma que o legado que esses polos/redutos vêm deixando é a orientação de um caminho focado na própria interioridade, fechados ao mundo exterior, passíveis ao despreparo à corrida por um objetivo comum social e sua manutenção.

Tanto Mark Lilla quanto Mangabeira Unger (2008) enfatizam que a solução para a crise política que atravessa a contemporaneidade está no poder imaginativo dos cidadãos: apenas esse poder é capaz de derrotar velhas formas travestidas de modernidade sem perpetuar atalhos já considerados insucessos. O problema dos progressistas até aqui tem sido se esgueirar por duas saídas igualmente erráticas: remoer-se em nostalgia ou a depositar a expectativa no caos. A primeira os faz mergulhar num mar de apatia, num lamento que remete a uma época dourada, memórias incólumes de um passado que possivelmente nem era tão aprazível assim. A segunda aposta num pandemônio que faça os demais recuperarem uma suposta lucidez, que os fará rebelar-se contra um mundo de injustiças e incertezas. Ambas as soluções, rasas e abstratas, desconsideram as razões que levaram uma democracia a optar pela atual conjuntura, exercitando uma espécie de demofobia eleitoral.

Um outro aspecto a ser levado em consideração para a instauração do cenário político atual é a postura que vem adotando o poder judiciário nas nações modernas e o impacto que causam na dinâmica cotidiana. Jessé Souza (2016) atenta para a influência direta do aparelho jurídico brasileiro no afastamento da então Presidente Dilma Rousseff através de anuência, omissão ou decisão parcial do mesmo durante o processo. Jessé considera que no Brasil dos últimos anos, podemos presenciar a judicialização da política e a politização da justiça, denunciando a estética impecável do discurso de 'refundação do Brasil' através de um líder carismático⁸ simpático a pauta conservadora. Um juiz, um sistema, naturalizado enquanto símbolo de lisura, elemento fundamental numa sentença premonitória, sob a pecha de vários atos duvidosos nos processos em questão. Para Lilla, os progressistas estão estagnados, reféns de discursos de baixa eficácia e descolados da realidade das massas:

Os liberais perderam o hábito de consultar a temperatura da opinião pública, de buscar o consenso e de dar pequenos passos de cada vez. Isso tornou público cada vez mais suscetível a alegação da direita de que o judiciário era apenas uma reserva imperial das elites instruídas. A acusação pegou, e a aprovação de nomeações para o judiciário tornou-se desde então um processo intensamente político-partidário, que a direita agora domina. (LILLA, 2018. p. 34)

Essa ausência de intuição custou caro. A população atual, carente de elementos que possam ser atribuídos a um sentimento de identificação entre si, apela para velhas metáforas, como o patriotismo e a defesa da família. Quando a esquerda, os democratas, os liberais, abandonam esse discurso, deixam-no à deriva, ao alcance de qualquer grupo que queira empunhar tais bandeiras. Os conservadores se apropriaram dele, enquanto os progressistas desperdiçaram sua energia criativa sob uma narrativa segregadora. A onda de indignação que vinha se formando desde 2008 culminou nos movimentos populistas de direita que assistimos expandir.

As classes sociais tradicionais tiveram que se reorganizar nessa nova configuração. Surgiu um personagem que influenciou tanto na economia, quanto na dinâmica social: o empreendedor. No Brasil ele descende do trabalhador de núcleo familiar, que nos anos 2000 passa a ter acesso a um nível um pouco mais elevado de consumo e quer agora se estabilizar enquanto detentor de um pequeno capital de giro. Ele se referencia na classe média tradicional, numa analogia que poderia ser feita ao

⁸Entre 2014 e 2018 o então juiz federal do TRF da 4ª região 13ª vara criminal federal de Curitiba, Sérgio Moro, comandou a operação "lava-jato", investigando crimes de corrupção ativa e passiva.

nascimento da classe burguesa e seu sentimento referente a aristocracia. Ignoram outros critérios que fazem a classe média ser o que é, sem se dar conta de que a construção da consciência de classe é um processo realmente delicado e recheado de contradições.

Enquanto a classe média americana se sentia culturalmente esvaziada, vendo seus filhos derrotados em disputas simbólicas por uma nova classe gerencial, de indivíduos altamente instruídos e enriquecendo beneficiados por uma economia global, a classe média brasileira passou a se sentir usurpada com a ascensão de trabalhadores comuns a um novo patamar de consumo. Trump, Bolsonaro e figuras afins se valem da concentração de um público curioso e desconfiado. À oposição, tem sobrado o papel de incorporar uma resistência a tudo que ambos representam.

Para Lilla, dos liberais derrotados por Trump, diante de um cenário completamente desconhecido, se esperava uma visão criativa e otimista, todavia, escolheram a estrada das políticas identitárias, o que na visão do autor, deturpou demais fatores importantes na centralidade do debate. Lilla acredita que houve um fascínio pelo avanço dos movimentos sociais espontâneos e de como alguns deles passaram a pautar as questões contemporâneas. A partir daí, jovens foram incentivados a explorar -cada vez mais- sua própria identidade e desenvolver certo desdém pelo mundo além de si mesmos, estimulados a um narcisismo presunçoso. Naturalmente, essa divisão influencia no comportamento eleitoral:

As forças que atuam na política partidária saudável são centrípetas: estimulam a aglutinação de facções e interesses para planejar objetivos e estratégias compartilhados, forçam todo mundo a pensar, ou pelo menos a falar, sobre o bem comum. Na política dos movimentos, as forças são todas centrífugas, incentivando a divisão em facções cada vez menores, obcecadas com problemas exclusivos e praticando rituais de suposta superioridade ideológica. Portanto, a herança deixada pela nova esquerda para o liberalismo foi dupla. Ela produziu movimentos centrados em problemas específicos que ajudaram a trazer mudanças progressistas em numerosas áreas, com destaque para o meio ambiente e direitos humanos no exterior e gerou movimentos sociais centrados na identidade - em defesa de ação afirmativa, feminismo e libertação gay - que fizeram dos Estados Unidos o lugar mais tolerante, mais justo e mais inclusivo do que era 50 anos atrás. (LILLA, 2018, p. 64)

Lilla invoca Marx para explicar a diferença -e o mérito- da divisão de antes e a de agora. Nesse caso, se houve uma feliz herança que o marxismo deixou de legado foi separar o mundo de maneira determinante, sem brechas para interpretações fantasiosas: capitalistas exploradores e operários explorados, e que nenhum aspecto

da vida passa ileso da disputa de poder. Que a atividade política deve significar uma experiência autêntica para cada pessoa, que não somos partes das rodas dentadas de uma engrenagem maior. Para isso, Lilla reitera que um sentimento pode ser aquele, agregador de um esforço nacional que gira em torno de um elemento comum, que não o patriotismo, nem a defesa cega da tradição: a cidadania. Termo de conduta central para a construção e manutenção de uma política democrática, apenas a cidadania é capaz de aglutinar pessoas e grupos para além das características pessoais e fazê-las agir como um corpo. Retorna a Marx para superar a política identitária:

Um marxista sério - ainda há alguns por aí - não se surpreenderia. O Marxismo como ideologia tinha muitos defeitos, mas pelo menos uma grande virtude: forçava os adeptos a olharem para fora de suas posições particulares e se envolverem intelectualmente com as forças profundas que influenciam a história - forças como classe, guerra, religião e ciência. (Tinha dificuldade com raça, tendendo a reduzi-la a uma questão de classe.) Os marxistas mantinham os olhos presos ao horizonte; em geral, viam as coisas de cabeça para baixo, ou enxergavam quimeras, mas pelo menos estavam olhando para fora. Com surgimento da consciência identitária liberal, todos os olhos se voltaram para dentro. Muitos progressistas se queixam com razão de que a retórica da identidade expulsou a análise de classes e de como as classes mudaram com nossa nova economia. Não faz muito tempo que a política liberal visava inspirar indivíduos a protagonizarem uma reconstrução da sociedade. O foco hoje está na construção social passiva de indivíduos (LILLA, 2018, p. 76-77)

No novo cenário político contemporâneo, mesmo que a falsa narrativa de mudança de paradigma, de nova política tenha cooptado milhões de eleitores, eles não são suficientes para aplacar o desconforto de discursos radicais entoados pelos novos líderes carismáticos desse século. Lilla receia que os progressistas fiquem tão entretidos, meticulosamente, a cada movimento dos novos governos radicais, que se ocupem de ser resistência a tudo que eles oferecem, e então, deixem escapar a oportunidade que a situação possibilita.

O encantamento pelos movimentos sociais e sua disputa pela captação da sociedade civil induz a um ponto cego na dinâmica: eles são capazes de capitalizar a narrativa e assim motivar mudanças palpáveis, mas que naturalmente, não podem acontecer sem a cinesia dos representantes da política institucional. Sem a sustentação de parlamentares, agentes articuladores, funcionários públicos, etc.; não é possível que grandes mudanças, no sentido de políticas públicas e garantia dos direitos fundamentais, sejam efetivadas. É um trabalho minucioso, feito a muitas mãos, que exige paciência e atenção voltada à macropolítica: disputa de cargos, elaboração de leis, construção de relações que garantam bons acordos e fiscalização

da burocracia que se demanda. Alguns dos militantes do nosso tempo acabaram por agarrar-se a uma autoimagem que não pode ser arranhada por concessões, conferindo-lhes ares de cavaleiros e Amazonas da justiça. Na tentativa de passarem ilesos ao escambo de interesses, ficaram absolutamente despidos do pragmatismo e pensamento estratégico necessários ao mundo tangível, na concretude e medida das mazelas que nos cercam. A esses, restou o desdém pela política democrática institucional, uma vez que esta condiciona os indivíduos a se relacionarem com o outro, o diferente, e convencê-los de suas demandas, encontrar pontos comuns e estabelecer um caminho empírico. À frente, há eleições por disputar e classes sociais a se reconquistar.

Um dos efeitos práticos de se alinhar estritamente à política identitária é estar cercado de iguais, que pensam igual, se parecem e geralmente compartilham o mesmo nível de instrução e educação formal. Para Lilla, há três prioridades estratégicas a fim de vencer esse discurso e caminhar verso à mudanças robustas: a defesa da política institucional sobre os movimentos; a persuasão democrática sobre os valores da autoexpressão sem propósito e traçar um elemento unificador no discurso -a cidadania sobre a identidade grupal ou individual. Particularmente não acredito na visão maniqueísta de que esses conflitos necessariamente se sobreponham, mas certamente há um desequilíbrio latente neste momento da história. Apostando nessa fórmula, o autor nega que o foco esteja nas relações de comportamento político de acordo com as classes sociais:

Mas os progressistas também não falam em deveres. Continuo prisioneiros de sua própria fixação com classes e de sua nostalgia do passado americano de sindicalismo Industrial. Os progressistas tem toda razão ao afirmar que classe é tão importante agora como foi na primeira 'Era Dourada'. Mas a consciência de classe tem bem menos efeito na mente humana - e certamente na mente Americana- do que os marxistas e simpatizantes gostam de pensar. Além disso, se o senso de solidariedade tiver como base unicamente o ressentimento econômico, será compartilhado apenas por aqueles que se sintam preteridos e desaparecerá logo que sua sorte melhore numa reviravolta da economia. (LILLA, 2018, p. 100)

Mais uma vez, a insistência de Lilla gira em torno dos elementos comuns. Se o fator econômico é tão relevante como alguns pesquisadores indicam, isso invalida a tese da influência das classes no processo político, uma vez que segundo essa ótica, só tem motivos para se rebelar contra o sistema os indivíduos, grupos ou classes relegados por ele, sem garantias de empatia de outrem na busca pela equidade.

Componentes agregadores -ênfase aqui para a cidadania-, diferente dos apelos classistas por justiça econômica, têm por excelência um grande potencial democrático, pois desenvolvem a vocação de mover grandes sentimentos compartilhados, unificando o foco da disputa da narrativa com as ações concretas.

Síntese do capítulo

Ao longo dessa segunda parte da pesquisa, pudemos constatar as observações de autores do séc. XX, tendo em Lipset seu principal expoente no que tange a teoria de participação das classes sociais na política. Lipset concentra seus estudos na hipótese de as classes mais baixas serem mais vulneráveis ao autoritarismo, visto que são passíveis de um déficit cognitivo devido à carência socioeconômica que enfrentam e consequente ausência de educação formal, acesso à cultura, saúde e condições básicas de experiência político-social organizada. É bastante claro que essa tendência ao autoritarismo por parte das classes mais baixas não é uma condição determinante, mas uma probabilidade, visto a ausência de valores simbólicos perante o universo social complexo à nossa volta.

Enquanto Lipset teoriza sobre os possíveis resultados da participação das massas no ambiente democrático, Inglehart e Welzel, por sua vez, focalizam no cerne da questão, problematizando as causas desse comportamento provável. Enquanto as necessidades primárias de uma população forem negligenciadas, a experiência política estará refém desse processo de emancipação. Não podem se preocupar com qualidade da democracia, questões ideológicas ou intelectuais, indivíduos famintos, pobres ou miseráveis, atentos em primeira instância à própria saúde, moradia e sobrevivência em geral.

O pós-materialismo é um deslocamento da politização da classe em favor da politização do estilo de vida, ou seja, da politização do estamento. Politizar autoridade, identidade, etnia, gênero, faixa etária, religião e afins, diz respeito estilo de vida dos indivíduos. Todas essas características são fatores centrais na análise de Weber referente ao estamento, ou status.

Lilla também adentra esse tema, sob o viés das políticas identitárias. Grupos de lutas específicas desenham as pautas da política nacional de maneira setORIZADA, dispensando pouca atenção às reivindicações coletivas, que em tese contemplariam

também as demandas de cunho individual, de identidade. Consideradas políticas pós-materialistas por alguns e de sobrevivência de seu próprio grupo por outros, há de se superar visão maniqueísta de que sejam pautas distintas e polarizadas, pois ainda que haja um desequilíbrio entre as teses, reconhecer e estabilizar o fator econômico permite avanços concretos nos níveis de status, costumes e pautas identitárias.

Capítulo 3

Novas perspectivas sobre classe social e comportamento político

3.1- O golpe de 1964 e o antigo debate sobre classes e política no Brasil

Por certas vezes temos a impressão de revisitar a História. Nesta seção se fazem pertinentes contribuições de autores que analisaram o debate eleitoral e as classes sociais na década de 60, seus desdobramentos e semelhanças ao comportamento político demonstrado no jovem séc. XXI. Alberto Guerreiro Ramos e Wanderley Guilherme dos Santos comungam de ideias sobre o cenário em questão, dissertando sobre as contribuições deixadas à História de acordo com esse período.

Quando Alberto Guerreiro Ramos (1961) divide conosco suas análises sobre as eleições que levaram Jânio Quadros ao poder, despercebidos, poderíamos dizer que se trata das eleições de 2018 que alçaram Jair Bolsonaro ao cargo mais alto do Executivo, dada a semelhança entre muitos dos elementos que construíram ambos os processos. Primeiramente, o autor acredita que a ascensão de Quadros à Presidência da República foi resultado de transformações acontecidas no cerne das classes sociais brasileiras, numa cronologia de fatos marcados pelo grau de participação dessas classes no decorrer do processo político, numa combinação de forças, pactuação entre diferentes grupos da sociedade vigente. Para ele, o poder se dá na equação entre a minoria que o exerce, uma parcela que a apoia e uma outra que faz oposição a ela, reconhecendo sua legitimidade. Se este terceiro grupo não valida o grupo que detém o poder, então surge uma situação revolucionária, ou de movimentos que o impeçam de continuar nesta posição privilegiada.

Descrevendo historicamente a elite política que, costumeiramente, comandou o Brasil nos tempos coloniais e no início da República, fica bastante explícito que se tratava de uma minoria financeiramente abastada e exclusivista, latifundiária, escravocrata, açucareira e posteriormente, cafeeira. Enquanto não surgiu uma burguesia urbana e industrial (e em consequência, o proletariado fabril), coube à classe média (profissionais liberais, pequenos comerciantes, militares de baixo e médio escalão) as intervenções políticas mais avançadas do séc. XIX, por exemplo. Data de tempos longínquos a mobilização das camadas médias em torno do poder. Estavam entre suas pautas, como publicado no *Opinião Liberal*, folhetim de 1868:

Descentralização; ensino Livre; Polícia eletiva; abolição da Guarda Nacional; Senado temporário e eletivo; extinção do Poder moderador; separação da judicatura da polícia; sufrágio direto e generalizado; substituição do trabalho servil pelo trabalho Livre; presidentes da província eleitos pela mesma; suspensão e responsabilidade dos magistrados pelos tribunais superiores e poder legislativo; magistratura independente, incompatível, e a escolha de seus membros fora da ação do governo; proibição dos representantes da nação de aceitarem nomeação para empregos públicos e igualmente títulos e condecorações; os funcionários públicos uma vez eleitos deverão optar pelo emprego ou cargo de representação nacional. (RAMOS, 1961, p. 25)

O início da república marca a alçada dos pequeno-burgueses ao poder. Desde os primeiros governos republicanos há um nítido encorajamento à industrialização e às atividades urbanas que se transformam em oportunidades de emprego e progressão da classe média. Se trata de um estrato que tem claras pretensões antioligárquicas, que conduz movimentos que permitem sua entrada definitiva para a classe política.

Guerreiro Ramos insiste na chamada 'Revolução de 30' como um divisor de águas na construção de novos estratos políticos. Isso porque o episódio demarcou a constitucionalização efetiva do Estado e deu início a disputa das narrativas ideológicas e dos diversos interesses das classes sociais no país.

Com o avançar dos acontecimentos políticos e sociais brasileiros, as classes sociais e suas relações com o poder vão se delineando de maneira mais robusta. O novo empresariado, oriundo da urbanização e industrialização pós-30, e a parcela assalariada mais refinada, já não o operariado de chão de fábrica, que começa a surgir no seio da pequena burguesia, se apoderam das posições políticas de destaque, enquanto a classe operária tradicional, ainda que em ascensão, é mantida na periferia das decisões que administram o país. Ainda assim, as antigas classes dirigentes perdem protagonismo e essa classe operária se solidifica. O Estado Novo vem a ser um período onde correm em paralelo o importantíssimo fortalecimento da classe média nos espaços de poder e uma classe operária crescente em consciência de direitos disputando a construção de uma ideologia das camadas populares.

Outro ponto tenaz na leitura de Guerreiro Ramos é que a mudança da estrutura social brasileira não pode ter ocorrido sem reflexos profundos nas esferas de poder. O autor transita pela história do séc. XX precisando que nossa sociedade sofreu transformações de visão de si e das suas relações entre as classes e delas com os espaços de decisão do país.

Muitas observações paralelas à nossa atual realidade política podem ser feitas com a eleição de Jânio Quadros, em 1960. A primeira delas é uma aparente falência dos partidos tradicionais em vigência, ou ao menos suas paralisias. Se nas últimas duas ou três décadas sofremos a polarização eleitoral entre PT e PSDB, em 60 isso se dava entre o Partido Social Democrático e o Partido Trabalhista Brasileiro. Outra semelhança consiste no fato dos respectivos eleitos (em 2018 e 1960) serem completos outsiders a essas dualidades, colocando em xeque a legitimidade do sistema partidário e revelando uma crise iminente.

Guerreiro Ramos atribui a situação de Jânio ao *bonapartismo*, que se dá quando um governo se põe acima da sociedade política, considerando-se livre de vínculos partidários, tornando o povo, aparente sustentação do poder. Aparentemente porque o *bonapartismo* despreza a força política das classes sociais organizadas em partidos, sem se dar conta de que o povo, nada mais é, do que a força das classes sociais, ainda que momentaneamente, se reivindique politicamente "independente".

Nesse modelo, tanto outrora, quanto agora, ministros se tornam meros executores das ordens presidenciais e o eleito governa baseado numa força pontual e independente, ainda que não se saiba o quanto (referente ao peso e ao tempo) esta possa suportar. O *bonapartismo* porém, tem um ciclo de vida curto, se a realidade econômica e social do país for frágil e instável.

A inflação, o desemprego e a decadência social são fatores muito mais políticos do que numéricos/econômicos, por exemplo. São assuntos que balizam o poder, a depender de como se comportam as categorias que pressionam uma redistribuição de renda e como o governo responde a pauta.

Bem como em 2018, agentes políticos da década de 60 cogitaram a criação de novos partidos, por fusões ou refundações, uma vez que a população demonstrava não se ver representada nas agremiações em funcionamento. Sabemos, porém, que para além de novas siglas, o que precisava (e ainda precisa) ser feito é o *modus operandi* do sistema político-partidário que conseqüentemente transformarão seus efeitos práticos na sociedade e assim sua identificação e representação popular.

Guerreiro Ramos insiste que a crise de representatividade, a partir do processo de urbanização do Brasil, não pode mais ser justificada por uma ausência de povo, mas apenas por um total descompasso dos anseios do povo e as pautas colocadas em questão pelos partidos. Wanderley Guilherme dos Santos (2003) ilustra alguns

pontos importantes sobre a relação dos países em desenvolvimento, sua industrialização tardia, fatores e consequências para a política local. Ao contrário do que apontam algumas correntes, o retardo do desenvolvimento de alguns países está mais conectado ao inevitável processo de mobilização social do que à qualidade de suas respectivas elites nacionais. Para vencer esse atraso relativo, existem dois aspectos preponderantes a serem superados nessa corrida.

O primeiro deles, diz Santos, é superar o *legado da miséria*. Não é tarefa fácil nem unilateral. A cruzada contra as condições de desigualdade geralmente herdadas de um passado de escravidão e exploração colonial, está sujeito a diversos efeitos colaterais que não podem ser evitados, mas, ao contrário, devem ser gerenciados simultaneamente por governos frequentemente insuficientes em recursos financeiros e políticos para lidar com os problemas concomitantes. O 'legado da miséria' dispara outras anomalias sociais, como a diferenciação estrutural, desequilíbrios regionais, desorganização social, entre outros. Governos de elites relativamente fracas ou excessivamente predatórias incapazes de fazer avançar um desenvolvimento real, alijados em condições de produzir riquezas. Os autores, porém, concordam sobre os motivos da superação de uma realidade retrógrada através da urbanização e êxodo rural. Santos disserta sobre eles:

Crescimento populacional quase sempre explosivo, uma das fontes de pressão, tornou premente a necessidade de mais alimento, habitação, saneamento, saúde e educação. A urbanização, a passagem de grandes contingentes de população de uma economia de subsistência para alguma forma de sistema monetizado, acrescentou à agenda os transportes, as comunicações e os serviços públicos em geral. Finalmente, a industrialização incipiente gerou as primeiras reivindicações de natureza mais moderna, incluindo a proteção ao trabalho, o Seguro Social e a distribuição de renda (SANTOS, 2003, p. 183)

A partir desse diagnóstico, deve-se dispor de um esforço hercúleo para superar anos de abandono e negligência.

Para Guerreiro Ramos, quando em algum ponto da caminhada democrática os partidos deixam de inspirar a realidade social das pessoas, não há mais conexão direta entre o voto e as siglas. A essa altura, as pessoas não votam mais em personalidades políticas tradicionais, ideologias, partidos ou correntes, mas por quaisquer outros motivos que não denotem apreço algum pelo sistema. A revolução

comportamental eleitoral passa a ser antissistêmica, antipolítica, apolítica. Ilustra Santos sobre situação análoga:

Uma importante característica de um sistema polarizado é a existência de partidos antissistema, isto é, partidos e tempo de solapar a legitimidade do regime a que se opõem. A particularidade comportamental básica de tais agremiações é a sua aversão à "oposição a propostas" e sua afinidade com a "oposição de princípios", aliada a uma política de buscar a mudança não na composição do governo, mas no próprio sistema (SANTOS, 2003, p. 186)

Dessa forma, diz Guerreiro Ramos, a única possibilidade que resta para a recuperação partidária é a organização, que os permita exercer de maneira íntegra o cumprimento de um desígnio democrático, seja internamente ao próprio partido, seja de maneira externa, de melhorias sistemáticas da condição popular, visando o reestabelecimento de uma relação de confiança. Já para Santos, além de considerar o declive das instituições partidárias nos momentos de crise, é necessário também observar de perto o fenômeno da polarização político-social, ou seja, a subsistência de oposições bilaterais, dois grupos de ideias mutuamente excludentes, mediados - ou não- por um centro. De maneira geral, ambos os polos serão baseados em princípios e terão um padrão ideológico fortemente torneado, fenômeno que identificamos também na atmosfera política contemporânea.

Guerreiro Ramos também alerta seu leitor para a chegada e instalação sorrateira do caráter populista da política brasileira. Após explicar detalhadamente seu processo social, da política de clã ao populismo, passando pelo perfil oligárquico e sua ampliação, ele disserta:

O populismo não apela para a consanguinidade, o parentesco em suas várias formas, a dependência residencial, a lealdade. Apela para uma vaga solidariedade social. O chefe político, no caso, é um delegado de interesses e, uma vez no poder, seus adeptos esperam vantagens para as suas categorias sociais, seja sob a forma de cargos, seja de favores ou facilidade asseguradas mediante a manipulação dos órgãos do Estado. (...) o líder populista é sempre um homem que fez algo pelas categorias sociais de seus hábitos e que, por isso, as sensibiliza politicamente. Na política populista não há ainda exigência ideológica, há expectativa de que o líder no Poder assegure benefícios diretos ou indiretos aos que o elegeram (RAMOS, 1961, p. 55)

No populismo, os eleitores costumam ser sensibilizados por admiração, simpatia, identificação pessoal, influência externa... motivos por vezes nobres, mas geralmente afastados de intenções relacionadas as ideias de futuro do país. Nos clãs e oligarquias, por sua vez, os grupos populares tem pouco articulada uma consciência

política, de direitos, uma vez que se trata basicamente de população rural e de baixa educação formal. Santos articula sobre o tema:

Quando Oliveira Vianna, há cerca de 70 anos, diagnosticou o clã eleitoral como resultado de clãs da transformação de clãs familiares, operada pela extensão do direito de voto em contexto de escasso de desenvolvimento econômico- monopólio da oferta de trabalho por parte de diminuta elite proprietária - estava decifrando o enigma de um tipo de relação de troca, agora descoberto por estudiosos do fenômeno, não somente na Itália, mas igualmente em países altamente desenvolvidos. (SANTOS, 2003, p. 203)

Posteriormente, com o que chama de "política de grupos de pressão" esse nível de consciência de direitos se eleva, passado um período maciço de industrialização e urbanização. São vastas as camadas sociais mais organizadas já nesse momento e têm seu estopim num clima de indignação moral.

Os grupos de pressão são caracterizados por categorias sociais (patrões, empregados, religiosos, militares, produtores, etc.) e têm sua legitimidade reconhecida quando garantem representação em órgãos públicos, conselhos ou no poder legislativo. Fazendo um paralelo com a atualidade, podemos identificá-los em sindicatos, associações, ou mesmo nas bancadas presentes no congresso (nas apelidadas bancada ruralista, bancada da bala, bancada da bíblia, por exemplo).

Mas o Brasil, em sua diversidade, precisa apostar em outro caminho. Para Guerreiro Ramos, a política nacional precisava amadurecer em muitos sentidos para se reinventar. Sua aposta particular é na estruturação de uma política ideológica, de afinidade de ideias, de pessoas que juntas se transformam em grupos que representam causas e desejos coletivos.

Guerreiro Ramos, bem como veremos mais à frente, também Jessé Souza, entende que a formação das classes sociais acontece não apenas por posição econômica, mas por fatores subjetivos, como atividades produtivas pouco diferenciadas e objetivos análogos. Como já observado nessa pesquisa anteriormente, são os aspectos simbólicos, descritos por Weber na dimensão estamental, e não apenas sua posição na cadeia de produção, como já elucidado por Marx, que definem o pertencimento dos indivíduos as determinadas classes sociais. Para o autor, essas associações estão visivelmente refletidas na política. As eleições de Vargas, Kubitscheck e Quadros foram prenúncio e respostas claras da base eleitoral à crise

do sistema, bem como o recado dado nas urnas em 2018. Não obstante o resultado político provocado, o comportamento eleitoral foi inteligível.

A política ideológica é a exigência fundamental da presente fase no Brasil, em que se acham constituídas as diferentes classes sociais. É uma política, exercida no ponto de vista sistemático, de classes ou de categorias sociais, que supõe o povo eleitoralmente livre, em que a adesão dos eleitores tem de ser conquistada pela representatividade dos candidatos e dos partidos. A crise dos partidos em nossos dias resulta de que ainda continuam em grande escala viciados pelas superadas práticas oligárquica e populistas, sem se darem conta da mudança qualitativa ocorrida nos últimos anos na psicologia coletiva do eleitorado. (RAMOS, 1961, p. 60)

Todavia, é preciso esclarecer que apesar da apresentação cronológico-linear da política de classes explicitada por Guerreiro Ramos, não se pode dizer que um determinado modelo implode o anterior, dando sequência isoladamente a cada um deles. Ainda nos dias atuais podemos observar características da política oligárquica, de clã ou dos grupos de pressão convivendo, deixando impressos seus efeitos sociais.

Sobre as classes sociais, pode-se dizer que já os idos dos anos 60 e das eleições de Jânio Quadros, as descrições dos grupos dominantes soam bastante familiares à atitude comportamental que se assimila aos mesmos hoje: o autor se refere à elite como um círculo privilegiado, que se julga iluminado para tomar decisões em nome de um povo incapaz de exercer funções dirigentes e por isso precisam, não de pedagogia, mas de tutela propriamente dita, como outrora nos apontou outro notável sociólogo, Seymour Martin Lipset. Acontece que essa elite só é dominante por ocasião de um conjunto de forças relacionais objetivas. Uma equação que pode mudar, uma vez que a proporção das forças empregadas nessas relações se altere. Os partidos, em crise antes, em decadência agora, são um peso considerável nesse cenário, instrumentos institucionais a favor das classes dirigentes.

Outro elemento presente em vários momentos da história brasileira é o nacionalismo como meio de coesão. O forte apelo à bandeira se reverte num ponto similar de identificação dos brasileiros, que apegado a fortes simbolismos, se utiliza desses sentimentos para justificar comportamentos exacerbados, de clubismo, conservadorismo, apelo à ordem e classismo.

Por outro lado, podemos identificar no período pré-Quadros (lê-se era Vargas, Estado Novo e o período desenvolvimentista de Juscelino), uma época marcada por

levantes de cunho popular, trabalhista, onde palavras como *sindicalismo* ou mesmo *comunismo* foram ventiladas em maior volume.

Voltando ao pleito que levou Jânio ao poder, é necessário insistir no distanciamento proposital da esfera partidária tradicional que levava o candidato a vencer. Mesmo seu rival, o Marechal Lott, apresentava postura de descolamento dos partidos. Jânio, ainda mais enfático, se autoproclama 'acima deles'. Reconhecida, no pleito anterior uma tendência de afastamento do povo da ideia de partido como representação, os candidatos à Presidência buscam trilhar percursos solo. Ou melhor, 'com o povo'!⁹

Mas na política de classes, a vida dos partidos e a vida do povo parece ser indissociável. É um sistema pensado para funcionar como elo relacional dos diversos saberes e vivências, disposto a contribuir com a unidade de experiências heterogêneas, reunidos em classificações menores. A organização, porém, é elemento indispensável para que essas instituições cumpram seu papel com excelência.

A organização é um ingrediente insuperável (...) Sem organização, a massa do partido fica excluída do processo das deliberações, reduzida a legião de espectadores passivos. A organização é, assim, pedra de toque do partido de Quadros - o tipo de militância institucionalizada mas consentânea com a fase que se acham constituídas as classes sociais ou em que, numa sociedade determinada, os problemas emergentes não podem ter solução, sem que sejam promovidas à área decisória no governo, mediante Delegados representativos de seus interesses, as categorias sociais antes relegadas à periferia do poder. (RAMOS, 1961, p. 81)

Outro ponto que parece importante para legitimar a luta partidária perante à sociedade é elevar a consciência global das pautas discutidas por estes. Relacionar as demandas partidárias com os anseios populares, ao mesmo tempo que se garante um nível de percepção popular acerca dessas demandas. Para Santos a estabilidade partidária também pode ser rompida quando seu padrão é desestabilizado por aqueles partidos que não tem esperanças de ocupar o governo e não respeitam limites ou têm compromisso com as promessas que fazem nas corridas eleitorais ou durante o jogo legislativo.

⁹ Mais tarde, Jânio Quadros viria a descrever seu governo como "sem donos e sem influências", numa repelência clara ao sistema que o povo demonstrava repudiar.

Por último, garantir que o discurso econômico e o discurso político estejam alinhados na escala de interesse do povo, trazendo para o imaginário populacional o quanto a prosperidade de ambas está interligada. Para Santos se trata de obviedade o entrelace dos dois discursos. Porém, a demonstração dos efeitos políticos do desenvolvimento econômico, ou de sua ausência, são explicadas também pelas instituições representativas vigentes, partidos, poderes, suas lideranças e seu grau de habilidade na resolução de conflitos.

O cidadão médio que associa seu sucesso financeiro particular ao falimento ou acerto de um governo deve ser capaz de fazer mais do que isso. Deve ser capaz de entender o peso das decisões políticas em inúmeras áreas para além desta, deve estar atento nas ligações intrínsecas entre sua vida pública, privada e à aplicação do poder:

4) *Contribuir para a superação da economia política pela política econômica, em outras palavras, pelas decisões políticas.* Os problemas econômicos só são assunto técnico, enquanto se verifica a alienação da política dos cidadãos, trazendo a questão do Poder para o centro das atenções dos militantes, os partidos de Quadros clarificam a natureza da economia, a qual lhes aparece não mais como algo *reificado*, (18) coisificado, acima de seu poder, mas como um sistema de decisões políticas. Os diferentes graus de participação econômica das classes sociais refletem seus diferentes graus de força política. É assim que, para ilustrar a afirmativa, o chamado salário mínimo não é outra coisa que senão a expressão da força política dos assalariados. (RAMOS, 1961, p. 84-85)

À época, Guerreiro Ramos discutia ainda os rumos do trabalhismo. Sua imaturidade, seus defeitos infantis, mas que despontava como um movimento possivelmente capaz de representar os anseios de uma classe trabalhadora crescente. Em um período posterior surge o Partido dos Trabalhadores, reunido justamente pela classe operária de chão de fábrica como uma alternativa ao sistema posto àquele momento. Talvez se compreendermos a política como um movimento de ciclos, as eleições de 2018 tomaram o rumo que conhecemos por grande influência deste partido no sentimento popular, seja para grandes paixões, seja para grandes cóleras.

O autor também se pronunciou sobre o varguismo, sobre não o considerar uma doutrina sólida, mas apenas como um resíduo emocional. Dessa forma, se faz apenas uma esperança oca de movimento dirigente, não passa de uma nostalgia, que ao passar do tempo perde a memória residual do que já foi uma âncora eleitoral. Dos anos 2000 em diante vivemos um outro fenômeno eleitoral e político em torno de uma

personalidade, o lulismo, já mencionado em capítulo anterior. Como o ex-presidente ainda se faz agente histórico da política do nosso tempo é impossível prever se futuramente terá destino semelhante ao de Vargas -imortalizado enquanto personagem, mas referência de um movimento que não sobreviveu através do tempo-, porém é, certamente, um ponto de reflexão.

Em análise ao pleito de 1960, portanto, Guerreiro Ramos conclui que a vitória de Jânio Quadros pode ser explicada pela crise, não de um partido, mas de todo sistema partidário. Diagnóstico feito, houve grupos dispostos a superar essa crise, principalmente fundando novos partidos, mas ele insiste que de nada adianta o surgimento de novas siglas se o cerne do problema não for transformado. Não é eficaz criar nada novo que seja igualmente descolado da realidade brasileira. Não adiantam cartilhas feitas à poucas mãos e a portas fechadas. O que o sistema precisa é de uma efetiva prática sociológica. Jânio alcançara uma vitória conduzida pelo contexto. A sensação é de que com sua vitória o Poder foi "devolvido" ao povo, arrancado das mãos dos partidos tradicionais, mas que tem seu declive em velocidade de igual proporção à sua ascensão quando o povo identifica a inconsistência latente entre campanha e governança.

Por sua vez, Santos concentra sua análise no período pré-64, quando o Brasil se tornou operacionalmente comprometido, fruto de uma *paralisia decisória*¹⁰ legislativa. Hoje, muito se fala de "combate a velha política", mas o que o atual governo chama de velha política, ou "política do toma-lá-dá-cá" precisa ser analisado com muita cautela. O autor menciona os conceitos de clientelismo e patronagem, chamando atenção para que essas palavras não sejam sinônimos diretos das negociações políticas ordinárias, não necessariamente espúrias. Ainda que nem todos os acordos mediados por relações políticas sejam desejáveis, há de se reconhecer que são presentes, muitas vezes necessários e que, se demonizados, podem engessar o andamento de agendas importantes para a sociedade brasileira.

Enquanto candidatos, pode-se fazer novamente uma comparação entre Jânio e Bolsonaro. Santos diz que a eleição de Jânio serviu de termômetro para revelar a que ponto a parcela alfabetizada da população esperava por mudanças, insatisfeitos com os últimos anos de governo JK, que acabaram por construir a agenda de sua

¹⁰ Diz Santos (2003) sobre o entrave: "(...) a paralisia se instala quando maioria simples - por assim dizer, a menor das maiorias que você pode obter - rejeitam conclusivamente propostas sem que, elas próprias, maiorias simples, prefiram outro tipo de legislação" (Pág. 206)

campanha. De maneira geral, a repulsa do povo pela maneira tradicional de construção da política brasileira sugere a ambos personagens que para vencer é necessária a abominação do modelo vigente, a completa negação do sistema. Segundo Guerreiro Ramos, o discurso entoado no período pré-eleitoral deixa claro os objetivos de Jânio (que certamente poderiam ser entoados por Jair):

O senhor Jânio Quadros em sua plataforma de candidato prometeu despolitizar a administração pública. Tem pleno cabimento se a palavra *despolitizar* por entendida em seu sentido interior, vamos dizer como sinônimo de deseletoralizar. (...) Vários órgãos do governo (...) se transformaram em agências eleitoreiras a serviço do carreirismo. (...) Não há, nunca houve, administração politicamente neutra. Todo sistema administrativo é, deve ser instrumento das forças políticas dominantes. (SANTOS, 2003; Pág. 101)

Outra semelhança é a distribuição do poder político nesses mandatos. No topo dessa cadeira vem o poder executivo, na pessoa do Presidente da República. Em seguida, ministros e agentes das forças partidárias e econômicas e em terceiro, a burocracia técnica. Criações de *superministérios* que habilitam determinados políticos com status e poder de decisão de *semideuses*, herdaram prestígio do poder executivo e se valem do trabalho de outrem, a burocracia do terceiro escalão. Poderia ser relacionado a esse momento -ou a outros, análogos- o fato de Santos chamar a atenção para a detenção e uso do capital político de cada agente, já que “radicalização sem recursos políticos esvai-se na retórica” (SANTOS, 2003, p.190), diz.

Por fim, Guerreiro Ramos enumera algumas características que diferenciam um entreguista de um patriota, e curiosamente, denotaremos essas características a alguns políticos de nossas épocas:

- 1) O entreguista não acredita no povo como principal dirigente do processo brasileiro.
- 2) Não acredita que o Brasil pode, com os recursos internos, resolver os seus problemas e tende a considerar o desenvolvimento brasileiro essencialmente dependente da entrada de capitais estrangeiros e ajuda externa.
- 3) Acredita que o destino do Brasil está invariavelmente vinculado ao dos Estados Unidos
- 4) O entreguista contribui objetivamente com seu trabalho para o êxito de empreendimentos lesivos aos interesses nacionais
- 5) O entreguista não participa conscientemente pelo seu trabalho de nenhum dos esforços coletivos tendentes a promover a emancipação nacional. (RAMOS, 1961, p. 124)

As pessoas não compram mais a ideia de um nacionalismo nos moldes que pintou Jânio Quadros. Santos analisa a transição do governo Juscelino Kubitschek para o

de Jânio Quadros apontando que a campanha nacionalista, até meados de 50 restrita à defesa de recursos nacionais brasileiros, se amplia e passa a pautar o hipotético caráter predatório do capital estrangeiro (especialmente o estadunidense) e também os termos de troca entre Brasil e exterior.

Em comparação a Guerreiro Ramos se limitou a desenhar as eleições de Jânio, mas Santos foi além. Antes, porém, ele resume o governo Jânio e seus possíveis motivos de renúncia:

Ainda não está bem claro quando Jânio Quadros chegou à conclusão de que o Brasil era ingovernável "com aquele Congresso". De acordo com rumores correntes na época, depois de confirmados pelas Memórias de um de seus ministros, o presidente veio a convencer de que nenhum chefe do Executivo poderia governar com sucesso sob as restrições impostas pelo Congresso brasileiro.

O raciocínio de Jânio Quadros baseava-se, aparentemente, nas seguintes suposições: primeiro, para manter a taxa de desenvolvimento econômico em alto nível e mais equilibrada em todo país, faziam sim necessárias as grandes reformas institucionais; segundo, o Congresso era controlado por uma maioria incondicionalmente conservadora. A conclusão que se seguia era de que nenhum programa governamental eficaz poderia ser implantado enquanto a iniciativa do Executivo dependesse da aprovação do Legislativo. É evidente a intensidade da convicção de Jânio Quadros em relação a este silogismo, uma vez que sequer se preocupou em submeter ao Congresso propostas de reformas institucionais concretas. Preferiu, ao contrário, renunciar. (SANTOS, 2003, p. 210)

A ironia fica para a analogia entre o governo Quadros e o governo Bolsonaro também nos momentos de crise, ainda no primeiro ano de mandato, quando ambos classificam o Brasil como "ingovernável". Em busca do apoio popular incondicional, apelam para o obscurantismo a fim de justificar sua falta de competência dirigente.

Para trilhar o caminho até João Goulart, Santos se ocupa também em denotar as consequências da urbanização para um novo comportamento eleitoral, como o fortalecimento da classe trabalhadora, aparecimento inevitável de novos líderes industriais e aumento do contingente de mão de obra industrial.

Uma esquerda fortalecida pelo contexto das lacunas deixadas pela corrida estouvada pelo desenvolvimentismo a qualquer custo (nesse caso, a abertura desenfreada ao capital estrangeiro) é protagonista nos primeiros anos da década de 60. A brusca transformação social pela qual o Brasil passou -perde-se ênfase na agricultura e concentra-se os esforços em atividades urbanas- significou um grande desequilíbrio no *status quo* do brasileiro médio, que via a violência no campo aumentar,

ao passo que as cidades iniciam um processo de crescimento descontrolado, resultando em marginalização e favelização.

João Goulart assume um país com crescentes tendências progressistas, que se desdobram no cenário das reformas. Um país, porém, de sociedade e congresso extremamente polarizados, onde um Executivo desprovido de retaguarda política recorre ao legislativo para pedir apoio às reformas quando esse já não podia ajudar. A crise já havia ido longe demais para ser paralisada pelas vias tradicionais. Novos agentes surgiram para "reestabelecer uma via democrática" para um governo em crise e esse foi o estopim do golpe. Em 1964 e em 2015.

Na contramão dos caminhos autoritários, Guerreiro Ramos insiste que, para além do resultado eleitoral, existe muita coerência nos caminhos populares para suas escolhas; na ideia da lucidez das massas e do povo como severo pedagogo político.

3.2- A mobilidade social e a situação de classes no Brasil

No Brasil, uma tentativa recente, empreendida pela ciência política de orientação individualista metodológica, de incorporar fatores de classe social na explicação do comportamento político, é de Vitor Peixoto e Lúcio Rennó (2011), com ênfase em estudos eleitorais, retomam o conceito de classe social na análise do comportamento eleitoral, salientando o efeito da mobilidade social sobre o voto e o significado político da ascensão social de setores da população no país. Em seus estudos, os autores analisam que essa ascensão ou declínio de status de determinados indivíduos brasileiros esteja intrinsecamente ligada aos programas de transferência de renda, à queda da desigualdade e à mobilidade intrageracional, e que são fatores relevantes para desenhar o caminho que o eleitorado contemporâneo segue. Em linhas gerais, a percepção de ascensão social é determinante, porém não exclusiva, no que diz respeito a uma identificação com a candidatura governista de Dilma Rousseff. O ensaio foge de uma análise ordinária que determinaria um caminho natural de comportamento eleitoral destacando o fator 'classe social' finalmente acrescido aos fatores mais tradicionais, como avaliação do governo ou assimilação partidária.

Mais recentemente Vitor Peixoto, Jéssica Matheus e Gabriel Tissé (2018) continuaram a pesquisa sobre como os efeitos da economia e da percepção da

mobilidade social impactam no comportamento político e eleitoral da população, principalmente no que tange as condições materiais dos indivíduos e a superação delas. Baseados nos estudos de Inglehart e Welzel (2009) Peixoto indica, por exemplo, que indivíduos considerados pós-materialistas manifestam de maneira mais consistente seu apreço pela democracia enquanto modelo social e rejeitam, em maior escala, formas autoritárias.

A classe média brasileira, em via de regra, se encaixa no perfil pós-materialista. Provavelmente por ser uma classe social com mais acesso à educação formal do que as classes baixas e mais numerosa que as classes altas, advinda de uma ascensão socioeconômica recente, oferece impacto profundo e forte influência na construção da opinião pública e conseqüentemente no desenho do cenário social. Mas para Peixoto, Matheus e Tissé existem ainda outros aspectos a serem abordados referente a esse nicho social:

A literatura nacional aponta as implicações políticas do surgimento de uma nova classe média no Brasil, que traria mudanças nas percepções política e social da população. A literatura internacional coloca as classes intermediárias e a camada em ascensão social como potencializados da moderação de conflitos sociais e tolerância, de forma que esses setores são associados a uma postura mais aberta, tolerante e moderada. O debate perpassa também a semelhança crescente apontada entre as classes sociais nas análises recentes, devido ao acesso a fontes de informações semelhantes.

Os autores testam 3 hipóteses baseadas nessa discussão. Primeiramente, a classe média seria mais tolerante tanto em posições substantivas quanto em atributos de suas atitudes, além de mais moderadas, indefinidas e abertas, considerando não-opiniões. A segunda hipótese coloca a classe média como mais heterogênea quanto as suas preferências, compreendendo e absorvendo diferentes visões de mundo, o que poderia, por um lado, atenuar as diferenças entre classes, e por outro, levantar a discussão se essa classe é tão heterogênea e o agrupamento já não pode ser classificado como tal. Por último, é colocada a possibilidade da questão ser sobre mobilidade social e não sobre estratificação, colocando a mobilidade como importante para alterar ordens políticas, uma vez que há a indicação de um processo de inclusão de novos setores no jogo político (PEIXOTO; MATHEUS; TISSÉ; 2018; Pág. 11)

Gláucio Soares (2001) introduz o tema das classes sociais explicando suas possíveis diferenças conceituais, como abordamos no primeiro capítulo. Para ele, elas foram definidas operacionalmente como um grupo de indivíduos que se identifica com determinada classe, independentemente de sua posição objetiva. Ou seja, para ele a percepção é uma definidora mais forte do que escalas propriamente ditas, passagem duramente criticada por marxistas ortodoxos.

Porém, ao mencionar Weber e sua conhecida tese sobre classes x status, Soares diz que o sociólogo alemão decanta com maestria toda a riqueza de sua análise psicossocial no discurso de classes. Para ele, classe trabalhadora, classe operária e classe pobre, diferem, por exemplo, em características fundamentais, como a percepção de si no espaço, comportamento político e composição socioeconômica.

Em termos de comportamento político, o autor manifesta sua análise referendando associação com as classes sociais enquanto elemento influenciador:

Alguns surveys indicam que a posição de classe teve forte influência na determinação do comportamento político e das preferências eleitorais. Essa influência, no entanto, não tem sido a mesma em todos os tempos e em todos os lugares: os surveys mostram que ela era muito mais forte na cidade do Rio de Janeiro por volta de 1960, mas tênue nas eleições de 1982. As correlações entre ocupação e voto foram também muito altas na maioria das capitais nordestinas entre 1945 e 1947, como a análise espacial sugere, o mesmo sendo válido para as eleições de 1974 e 1978 em muitas grandes cidades, inclusive São Paulo e Rio de Janeiro. Já um survey da população de Belo Horizonte, feito em meados de 1960, mostra correlações muito baixas, enquanto outros dados, principalmente espaciais, pós-1966, mostram correlações que se situam no meio. (...) Tem havido muitas variações na determinação das preferências de voto pela classe social de um estado a outro, das áreas urbanizadas às áreas rurais, etc., mas não dispomos de informação sistemática para formar um quadro definitivo dessas variações. (SOARES, 2001, p. 213)

Soares também é categórico em sua conclusão quando afirma que o fator classe social influencia, condiciona e contribui, mas não determina todo o processo.

Posteriormente, o autor adentra a seara do personalismo na política brasileira, que tem arraigada em sua sociologia política a crença no elemento carismático¹¹ com papel relevante na evolução dos fatos. Mas Soares chama nossa atenção para o fato de o carisma ser, antes de tudo, uma relação, logo, algo que foge de uma imagem individual. O carisma possui características que agradam um grupo de pessoas, mas certamente desagradam outros, visto que preferências não são homogêneas. Certamente a classe social também tem ingerência nesse cenário, já que por terem perfis semelhantes entre si, é relativamente fácil que um líder seja adotado por uma classe. Se trata de uma relação positiva entre as características e discurso do líder em questão e as mesmas de determinado grupo social. É uma relação que passa

¹¹ Por carisma, entende-se um fenômeno pessoal, reduzidos a características pessoais, que daria ênfase à liderança política de alguns personagens, podendo colocar em segundo plano outras habilidades requeridas para desempenhar ofícios públicos ou relevar a falta destas.

também pelos partidos e suas referências, uma vez que também eles se constroem e evoluem baseados nas classes sociais.

Há um mito que circula endossando o destaque do poder pessoal dos líderes carismáticos em detrimento do poder dos partidos políticos. Soares refuta ambos. Segundo suas pesquisas, existe uma linearidade percebida entre os pleitos da década de 60 e os partidos, que não seria explicável caso eles fossem dependentes de personalidades políticas. Não poderia haver a estabilidade observada se o poder dos partidos fosse mera ficção e sua decadência, um fato. Qual é o verdadeiro papel do carisma no comportamento eleitoral então? Consolidar uma periferia de eleitores propensos a votar no candidato, mas não no partido no qual ele se referencia; atrair os indecisos e até virar alguns votos que a princípio seriam de algum adversário.

Outro ponto levantado por Soares é a consistência que partidos e candidatos conservadores se apoiam nos estratos econômicos mais altos, ao contrário do que acontece com partidos e candidatos reformistas e progressistas. Em seus escritos encontramos ainda afirmações mais fortes, quando sugere que nos *surveys* estudados, quanto mais alta educação e baixa renda os indivíduos pendem a ideologias de esquerda, enquanto alta renda e baixa educação fortalecem, comumente, ideologias de direita.

Essas reflexões levam em consideração o fato de que os itens definidores de uma classe social passam por muitos critérios. É útil empregar simultaneamente nível educacional e ocupação na análise do comportamento político, por exemplo, bem como ele também não é indiferente à identificação de classe. Aqui, identificação é nossa palavra chave, uma vez que, mais do que seu pertencimento, se trata de um fator determinante para o modo como o eleitor se comporta. Gláucio menciona a consciência de classe como impulso desse movimento.

Enquanto o senso comum fortalece a tese da deterioração partidária, explicações personalistas são acionadas quase que imediatamente para dar conta do processo. Soares refuta esse conforto intelectual pondo em destaque suas questões acerca do tema:

As variáveis de classe condicionam, sem determinar, o comportamento político. Elas se relacionam, em primeira instância, com a preferência partidária e, parcialmente através dela, com o grosso das intenções de voto. Isso não elimina a existência de relações independentes entre as variáveis de classe e a intenção de voto, não redutíveis à relação comum com a preferência partidária. Mas elas são residuais. Os fatores personalistas contribuem para explicar por que as preferências por alguns candidatos vão

mais além (ou, em alguns casos, ficam mais aquém) das preferências partidárias (SOARES, 2001, p. 234)

Por fim, podemos observar que Soares vai de encontro à teoria de Lipset, nominando e combatendo o que entende por iluminismo elitista, onde a classe dominante se sente detentora da sabedoria política e todas as intempéries sociais são jogadas na conta dos mais pobres e menos educados, alegando que estes não são capazes de decisões eleitorais inteligentes, ou deixavam-se ludibriar. No argumento da potência carismática esconde-se o preconceito de que apenas o "povo" se deixa encantar por discursos vazios e demagogos, numa demofobia escancarada que poupa as elites e classes médias em detrimento das camadas mais baixas.

Entre Peixoto e Soares existe um ponto de intercessão: a percepção da mobilidade social enquanto coringa do comportamento político. Segundo os *surveys* estudados por ambos (seja na década de 60, seja nos recentes anos 2000) ser de uma determinada classe social produz efeito no comportamento político e eleitoral, mas perceber sua própria mobilidade social de maneira relacional às demais classes eleva incontavelmente a potencialidade desse fator.

Existe também a percepção da própria condição econômica e classista de um indivíduo e a percepção desse mesmo indivíduo sobre o mundo que o cerca, que podem ser antagônicas ou complementares, e tudo influencia. Passa a ser um elemento de mobilidade social a comparação consigo mesmo (se o indivíduo não teve acesso ao ensino superior e agora poderá proporcionar isto aos seus filhos, por exemplo) e a comparação com o meio que vive, do que possui e ao que tem acesso em relação aos seus amigos, família, vizinhos e colegas de trabalho. A ascensão de pessoas mais pobres a novos bens de consumo na era Lula no Brasil foi um momento novo para a sociologia política brasileira e as jornadas de junho de 2013, outro. A especulação feita na época, sobre o descontentamento da "nova classe média" que tinha acesso a consumo, mas não a bens de serviço público merecem nossa atenção. O descontentamento da "classe média tradicional" com a ascensão das camadas populares, também. Tudo é relacional, é verdade. Mas também não pode ser tomado como única explicação.

Já nos anos 60, Soares conjecturava: com a industrialização e o crescimento educacional na virada da década de 40 para 50 no Brasil -que foi a grande virada do pós-guerra, onde a sociedade brasileira pela primeira vez se tornou mais urbana do

que rural, que caiu o analfabetismo, a partir de quando houve emprego de massa operária, etc. - culminou com a democratização do país e a criação de novos partidos, como o PTB e a UDN. Observando esse momento ele é capaz de dizer que a estrutura social explica a estrutura política. O quadro de crescimento do PTB na república de 64 e da UDN justificariam o declínio do PSD, que era principalmente dos ruralistas do interior. O PSD então perde influência e a gravitação do poder passa a se concentrar nos grandes centros, com o PTB, que é representante da classe operária e com a UDN que é representante dos profissionais liberais (médicos advogados e engenheiros, que são as profissões imperiais).

É importante também posicionar todos esses acontecimentos diante do momento histórico que atravessa os anos em questão. Em plena Guerra Fria, polarização concentrada entre EUA e URSS, onde sabemos quem sai vitorioso. Aos americanos cabe dissipar os valores que defende, democracia e liberdade. Democracia é um valor burguês, de denominação. Os teóricos da Democracia entoam a máxima de que o capitalismo gera liberdade de mercado e liberdade de mercado gera democracia. Porém, se esquecem de dizer que para sustentar a democracia é necessário pessoas que apoiem a democracia.

Qual é o contrário de democracia? Alguns podem levantar a resposta da ditadura, mas a verdade é que o contrário da democracia é a revolução. O que ameaça a democracia dos anos 60 são as eclosões das revoluções comunistas ao redor do mundo. Se para sustentar a democracia é necessário que existam pessoas que a apoiem, elas têm que ser avessas à revolução. E nada é mais avesso à revolução do que as classes médias que protegem seu *status quo*. Na teoria da modernização a classe média é fundamental para a estabilidade democrática, já que é avessa a riscos e é avessa as transformações bruscas, portanto, só encampam a mudança grupos que não tenham nada a perder.

Hoje não passamos exatamente pela questão de garantir a democracia propriamente dita, como aconteceu nos anos 60. Não é especificamente o modelo democrático que está em risco. Hoje a classe média busca a liberdade de garantir os direitos individuais, de autoexpressão, como proferido por Inglehart e Welzel, mas no período estudado por Soares era, de fato, pela estabilidade do sistema.

Em uma análise sobre o voto das camadas populares, é redundante fazer uma afirmação de que esse ou aquele candidato se elegeu com o voto dos pobres, uma

vez que, mais numerosos, qualquer candidato que consiga se eleger o faz com o voto das classes mais baixas. Segundo Peixoto e Renó (2011), porém, o voto das camadas mais baixas especificamente identificado com uma ideologia de esquerda veio apenas em 2006, sentidos os efeitos do bolsa família e da mobilidade social.

3.3- A sociologia disposicionalista e a política

Que caminhos então essa pesquisa pode encontrar no autor francês Pierre Bourdieu? Para o teórico, o poder e os sistemas simbólicos são considerados constituídos e constituintes de relações em todos os grupos humanos em sociedade. Poder simbólico, nesse caso, significando:

- 1) Capacidade de mobilizar, ou ainda manipular, vontades, interesses e desejos, através dos símbolos (Quanto maior a capacidade de coordená-los, tanto maior é o *poder*)
- 2) poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exerce (BOURDIEU, 2011, p.7-8)

Na vida cotidiana das classes sociais encontram-se corriqueiramente situações tomadas como se “naturais” fossem, que se constituem por e na manifestação de poder simbólico definida em Bourdieu (2011). Relações afetivas, familiares, profissionais, acadêmicas e especialmente nas relações políticas -recorte dado a esta pesquisa, são permeadas de manifestações de hierarquização e dominação de apelo simbólico, moldando o produto das mesmas. Por consequência, as formas simbólicas e os sistemas simbólicos e suas mobilizações dependem do “capital cultural” investido no cotidiano; depende da disponibilidade do mesmo a transitar no grupo, indivíduo ou classe social.

Uma das características intrínsecas ao "capital cultural" se dá quando o capital econômico favorece a compra de bens, produtos, serviços e artefatos culturais pelo indivíduo, grupo ou classe, mas a apropriação de seus conteúdos e símbolos adquire por vezes, uma capacidade de apropriação e mobilização de instrumentos e códigos para interpretá-los a partir dessa aquisição simbólica. Nesse sentido, Jessé Souza (2016) considera equivocada pensar em divisão de classes no Brasil tendo como foco de análise apenas a renda de cada indivíduo visto que o mais importante na formação das pessoas, e consequentemente na formação das classes, é a socialização familiar.

Sobre as classes dominantes, ele descreve –sob influência do conceito de capital cultural bourdesiano, como a elite econômica manipula todas as outras elites subjacentes. A primeira a ser absorvida é a elite intelectual, cuja opinião possui prestígio. Depois a elite política, financiando as eleições. Em seguida a jurídica, a jornalística, etc. Dessa forma, o capitalismo passa a possuir uma elite que comanda todas as elites e constitui um imaginário social.

Esse é um argumento exposto desde O 18 Brumário de Luís Bonaparte. Dizia Marx sobre as classes sociais referentes ao período revolucionário:

Mas a república burguesa triunfou porque estava ao seu lado a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a classe média, a pequena burguesia, o exército, os intelectuais de prestígio, o clero e a população rural. Do lado do proletariado de Paris, só existia ele próprio. (MARX, 2011, p. 216)

As condições de formação das classes sociais refletem naturalmente em sua capacidade de mobilização e intervenção na participação política cotidiana.

A questão levantada por Souza sobre os laços familiares enquanto pilar da estrutura e estratificação social indica que há uma “indiferença afetiva” cultivada em seus espaços coletivos (uma vez que focados no lucro econômico). Típico das elites extrativistas e escravocratas, o desprezo e ódio pelas classes populares são latentes.

Por sua vez, Bourdieu (2011) reconhece a autonomia do campo político¹² embora tenha presente que ele não possa se autonomizar completamente, visto que está sempre referido à sentinela dos leigos. Nesse ensaio o autor reconhece que existem condições sociais de acesso à política, e que essas estão vinculadas à disposição do capital cultural, característica de pessoas às quais é cabível despojar-se das atividades produtivas, e conseqüentemente atingir certo grau de educação formal e status de porta-voz.

Especificamente, esse é um parecer que privilegia classes sociais mais altas em detrimento das classes populares, compostas por trabalhadores. Bourdieu analisa como isso interfere no comportamento eleitoral:

Porque o próprio das vítimas da opressão econômica é não ter voz, em todos os sentidos do termo. Quis-se saber como votariam os desempregados. Um sociólogo profissional recusaria imediatamente jogar o jogo da pesquisa

¹² Segundo Bourdieu (2011, p. 195), “o campo político é um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social (...) um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social”

eleitoral (neste caso, a sondagem) com pessoas das quais se sabe pertinentemente que, quase por definição, têm uma taxa de abstenção considerável. Seria sempre possível agarrar um desempregado e perguntar-lhe como votaria, se votasse. Ele poderia dizer que votaria assim ou assado, mas o fato essencial é que ele não votaria espontaneamente e, por conseguinte, o "voto" que se lhe extorque através da sondagem é um puro artefato. (BOURDIEU, 2011, p. 208-209)

O problema das classes sociais e sua relação com o comportamento político dos indivíduos funda uma falsa dicotomia, onde acredita-se que a influência das classes ou é basal e assim, determinante de todos os outros fatores, ou é banal, e apesar de presente, está suficientemente aquém de todos os outros aspectos em jogo.

Há em vigor uma disputa pela ampliação das fronteiras do campo político, mas esse movimento corre o risco de cair na interpretação vulgar de comparação ao populismo; comparação esta que o autor rejeita veementemente.

Em conformidade com Bourdieu sobre o tema do "capital cultural", Souza (2016) pretere o fator economicista das "classes sociais", onde essas seriam definidas por 'renda' (visão liberal) ou pelo 'lugar na produção' (visão marxista). Ele afirma que essa é uma linha de corte que funciona se o fator analisado for apenas relativo ao consumo de um indivíduo, mas não tem êxito ao classificar as classes sociais em sua amplitude, porque acaba por negligenciar fatores importantes sobre o comportamento político e eleitoral. "Na verdade, a classe social é uma construção sócio afetiva que se dá desde o berço no horizonte familiar" (SOUZA, 2016, pág.44). A socialização familiar permite o sucesso, primeiro na escola e depois no mercado de trabalho, por exemplo, reiterando que a classe média é privilegiada porque, nesse sistema, o conhecimento é tão importante quanto o dinheiro.

O capitalismo tem um sistema impessoal e as classes o obedecem, ainda que inconscientemente: o capital econômico define a classe alta e o capital cultural, a classe média (seus filhos podem dedicar-se apenas aos estudos, por exemplo). Se o capital econômico se transmite em patrimônio, o cultural é uma herança invisível.

Nas famílias pobres a miséria não é apenas financeira. Um cotidiano de carência cognitiva tende a se alongar em miséria moral e afetiva, e o que separa o trabalhador do excluído é que ele consegue incorporar um mínimo de conhecimento útil para disputa no mercado competitivo.

Baseado nesse determinismo constroem-se as explicações meritocráticas, que escondem a construção do privilégio individual, familiar e coletivo. No imaginário social das classes dominantes existe uma linha invisível que separa homens e mulheres

sensíveis e de bom gosto, dos animalizados e de mau-gosto das classes populares, e há outra, dentro das próprias classes populares, que separa os dignos dos indignos (humanos dos sub-humanos).

Jessé contextualiza a realidade brasileira dando ênfase ao discurso das classes sociais. O primeiro nicho a ser mencionado é o das elites: através do que chama de “elite do dinheiro”, o autor menciona outros filões desse estrato social, segundo ele, todos comprados pelo primeiro. A elite intelectual, um desses, seria a primeira responsável por construir um pensamento hegemônico capaz de ser esteio para as movimentações seguintes. A justificação dos privilégios, oriunda de uma cuidadosa estruturação de mitos nacionais e de um imaginário cultural que demoniza o Estado e sacraliza o mercado é o reflexo perfeito de uma sociedade escravocrata que nunca se permitiu a autocrítica.

Classes definidas por renda, ou lugar de ocupação na produção lhe parecem muito reducionistas. O autor afirma que o verdadeiro berço das classes sociais é familiar, e sua reprodução, sócio afetiva. É a socialização familiar o elo mais forte que determina o sucesso ou infortúnio nos estudos e mercado de trabalho, mas esses vínculos não são percebidos como privilégios, daí a crença na meritocracia e o equívoco da elite brasileira: reside na “indiferença afetiva”, típico comportamento de um grupo que só busca o lucro, legitimando um passado extrativista e atrasado.

O período do governo petista –em especial o governo de Lula, líder carismático– porém, inaugura novos marcos sociais no Brasil. Programas sociais bem sucedidos viraram o jogo nas classes mais baixas, consideradas “indignas” pelas elites e classe média conservadora, conferindo a Lula o agente eleitoral que lhe permitiria 8 anos de mandato –fazendo sucessora–, estimulando a ideia de que nenhuma classe, nem mesmo a dos “indignos” está condenada para sempre pela linha invisível que os transforma em subalternos e esmaga suas oportunidades. O então presidente ainda passaria pela primeira tentativa de desmonte de seu governo, o dito “mensalão”, que não chegou às últimas consequências pela ausência de uma base social.

Para que funcionasse, a base do golpe precisava ser edificada. Hierarquias invisíveis, as mesmas que em seu topo buscam incessantemente a justificação dos privilégios, assumem uma bandeira revisitada ao longo do tempo quando veem suas regalias ameaçadas: o combate à corrupção. A classe média conservadora imbuída

do espírito de protagonismo (uma vez que não se reconhece massa de manobra) é arrebatada pelo discurso das elites, ainda que não compartilhe de seus louros. A essa altura o imaginário social já fora construído pela elite intelectual – comprada pelos ‘endinheirados’ – e transmitido por abundantes ondas midiáticas. O que se propaga é a agenda indispensável da moralidade, em detrimento da agenda de desigualdade erguida nos últimos anos, pavor dos poderosos (e dos que foram ludibriados para se sentirem assim).

No lastro das recentes jornadas de 2013 forjou-se o último elemento para o desfecho de uma orquestra impecável: o sustentáculo do aparato jurídico. A justiça brasileira é a última ponte que dá legitimidade moral a essa base social recém construída, que se nas jornadas de junho representavam um fio condutor anticorrupção ainda muito tímido e abstrato, se alicerça de maneira sólida com a operação ‘lava-jato’. Uma jogada estratégica, visto que se trata de um movimento seletivo e despreocupado com uma reforma política nos moldes republicanos, transparência nos gastos ou mecanismos de controle para tal.

Conseguir sistematizar as análises teóricas tão vastas acerca do tema do capital cultural e sua ingerência no comportamento político das classes sociais pode ser considerada uma contribuição satisfatória para esta pesquisa e outras que vierem a seguir.

3.4- A contingência na relação entre classe e política

As classes emergentes preocupam-se com esse discurso a longo prazo. Michael Lind (2017) aponta que uma solução ao populismo seria a pactuação de compromissos entre a elite administrativa e a maioria das classes trabalhadoras mais tradicionais, retomando uma renacionalização radical da Indústria. Isso seria o sonho de muitos populistas, já que uma de suas principais demandas seria o retorno da empregabilidade.

A outra alternativa, o neoliberalismo "*plus*", ou capitalismo inclusivo, é a alternativa preferida das classes administrativas transnacionais às revoltas populistas na América e Europa. Essencialmente, o neoliberalismo "*plus*" é o neoliberalismo com mais subsídios para os 'perdedores' da globalização. O problema é que essa é uma maneira de romantizar o clientelismo proposto. Mangabeira Unger (2008) aborda

essa percepção quando fala da "humanização do inevitável" -uma justificativa da redistribuição compensatória e idealização do direito a fim de suavizar estruturas que não se sabe como reimaginar ou reconstruir.

Dito isto, esta pesquisa se edifica entre duas hipóteses. Na primeira, ela presume que o sentido e o peso do conceito de classe social oscilam consideravelmente de autor para autor, analisando seu grau de determinismo perante o comportamento político dos indivíduos. Na segunda, analisa a qualidade do comportamento político das classes populares, identificando onde há fusão de interesses, ou seja, onde a classe social importa como fator externo, mas é reconstruída internamente pela política.

Mas há ainda o argumento de que a política é a real construtora de novas coletividades. Diferentes indivíduos, recortados em classes sociais, segundo nível financeiro, fatores familiares, educacionais e afetivos podem desenvolver interesses e afinidades em torno de deliberado tema (como legalização do aborto, estabilidade econômica, religião) ou temas que se atravessam, tornando a matemática mais complexa do que aparentemente é.

Mangabeira Unger menciona, dentro da visão tradicional do pensamento social, a existência de duas práticas políticas: uma reformista (que ocorre dentro do sistema) e uma revolucionária (que substitui o sistema por outro), quando na verdade, a seu ver, o processo deve ser o que chama de "política transformadora" e pontua seus desdobramentos. Ele ainda sugere a reorganização das instituições, uma verdadeira nova concepção, onde as classes sociais constituem elemento fundamental, mas não podem mais ser delimitadas da maneira convencional e são parte de uma estrutura promissora.

Para Mangabeira Unger, nas novas subdivisões das classes sociais, a classe trabalhadora não poderá ser confundida com proletariado Industrial, tradicionalmente organizado, que corresponde a apenas uma parcela da classe. Luís Felipe Miguel, de acordo com a mesma teoria, acredita que as classes populares estão, hoje, fragmentadas em diferentes categorias e diferentes tipos de trabalho, desmistificando a ideia de que a classe trabalhadora seja um grupo homogêneo e preparado para a revolução proletária.

Diversas entre si, as classes populares convergem num ponto central que explica muito de seu comportamento político: no fato de almejarem posições mais

altas, pequeno-burguesas. Sua ambição mais firme é combinar uma medida de prosperidade com alguma independência, garantindo sua mobilidade social geralmente através de negócios familiares tradicionais ou pequenos empreendimentos isolados.

Mangabeira Unger é assertivo em sua análise de classes:

O resultado mais comum dessa coexistência de classe e meritocracia, em todo o mundo, é um sistema de quatro classes principais, que projeta sombras sobre chances individuais, minando as promessas da democracia. No alto, está uma classe de profissionais, gerentes e rentistas que concentram em suas mãos riqueza e discricão - o poder de fazer o que querem, tanto para si quanto comandando outros - mais até do que concentram renda. Abaixo, está uma pequena classe de empreendedores, que aposta no esforço próprio, frequentemente através da mobilização do trabalho familiar. E seguida por uma classe de trabalhadores de colarinho-branco e colarinho-azul que - trabalhando por salário em empregos especializados, sob o comando de outros - busca se libertar do trabalho, raramente valorizado em si mesmo, nas consolações da vida doméstica e do entretenimento popular. (Nos Estados Unidos, trabalhadores com identidades burguesas referem-se a si mesmos como "classe média", exemplo seguido por uma fatia crescente da população mundial, ao tempo que a importância relativa das grandes organizações, na vida econômica, não cessa de declinar.) Eles são educados em escolas que tem como preocupação principal a aquisição de hábitos de obediência. Na base do sistema de classe está uma subclasse, largamente composta por minorias raciais e estrangeiros, trabalhadores temporários, condenados a instáveis empreitadas de prazo fixo, nas sombras para além da lei e do direito. Em muitos países em desenvolvimento, incluindo os mais populosos, esta subclasse representa a maior parte da população. Ela sofre de insegurança e privação, as vezes sem o estigma de pertencer a uma raça, casta ou nação desprezada. (UNGER, 2008, p. 51-52)

Mangabeira Unger é um teórico original, que atribui novo sentido ao panorama das classes sociais no Brasil. Faz questão de ser minucioso quando divide a classe mais alta, que chama de "endinheirados", entre produtores e rentistas (esse último, conceito ao qual Michael Lind também faz menção, sugerindo que serão os substitutos da classe administrativa), e está igualmente preocupado em determinar diferenças nas classes mais baixas, a classe dos batalhadores e a subclasse dos excluídos. Entre os dois grupos sociais já descritos, tem lugar a classe média gerencial e intelectual. Apesar de atribuir peso às classes sociais, o autor postula luta de classes e fusão de interesses como um novo paradigma. Contribuições valiosas para uma sociedade cansada de velhos caminhos.

Revoltas populares dificilmente se transformam em revoluções sem o aval e o entusiasmo de membros dissidentes da classe dominante ou de uma elite estrangeira. Nas guerras frias ou comerciais, é provável que os países, e até mesmo

superblocos, com trabalhadores conscientes, empoderados e patrióticos se saiam melhor do que nações rivais detentoras de forças de trabalho precária e elites exploratórias e oligárquicas, mas esse é um argumento ao qual se atribui pouca atenção.

Retornando ao argumento central dessa pesquisa, as contribuições de Mangabeira Unger propõem a construção de uma nova ordem social, não excludente de classes sociais previstas outrora no projeto socialista ou, que ao menos seja uma ordem capaz de neutralizar as desigualdades econômicas de maneira que não inviabilize os padrões de sociabilidade. Para ele, paira sob o senso comum a ideia distorcida de que o imaginário e o possível não podem coexistir, quando na verdade é justamente o oposto. Além disso, disserta sobre a relação entre transformação e crise, indicando a reconstrução real do que chama de 2ª via, sob o arco de três grandes tarefas: a mobilização dos recursos nacionais, a democratização da economia de mercado e o aprofundamento da democracia.

Mangabeira Unger alerta para o fato de o crescimento da desigualdade social desencadear uma reação populista para qual devemos observar por quem será capitalizada. Insiste na humanização do inevitável enquanto solução preguiçosa, apesar de não a considerar inútil em certa medida. Acredita que seja uma espécie de reparação justa em paralelo às mazelas sofridas pelo povo de nações subdesenvolvidas, sem que precise admiti-la de maneira permanente. Os que o fazem, assimilam-se aos grupos de oposição, em suas deliberações de como contornar problemas profundos de maneira rasa. Chama de progressistas purificados os protagonistas desse caminho, apontando que suas "terceiras vias" não passam de primeiras vias com açúcar: política compensatória e seguridade social em troca da ampliação fundamental de oportunidades. Assim, os humanizadores tentam amortecer o que não tem capacidade imaginativa para transformar.

Mangabeira Unger aponta duas maneiras distintas de humanizar o inevitável. Uma seria a redistribuição compensatória via taxação e transferência, premissa elementar na construção da socialdemocracia. A outra, um entendimento da legislação como um repertório de princípios impessoais de direito e de políticas dirigidas ao interesse público, utilizando do artifício judicial para aplicação desta determinada estratégia.

Dito isto, Mangabeira Unger tateia o discurso da demonização da política, apontando o apreço recente da sociedade civil pelo tom de desprezo a essa organização. Para o autor, movimentos nesse sentido enfraquecem não apenas a consciência coletiva, como a individual, visto que uma não é descolada da outra. Se a política é esvaziada, a consciência também o é, a não ser que seja substituída por sentimentos de vaidade, a julgar pelos extremismos da política identitária do séc. XXI como pudemos observar nas palavras de Mark Lilla em capítulo anterior.

Se projetos para sociedade e projetos para o indivíduo estão em desconexão a política tradicional se enfraquece e o resultado pode ser catastrófico. Não que novas soluções imaginativas não possam -e devam- submergir, mas a política institucional se desmancha como um todo, apressando duros golpes a democracia em si e abrindo brechas para amadorismos que trazem resultados caóticos. À política, restará a temperatura morna e os trabalhos medíocres, restando os desejos e as paixões ao narcisismo individual.

Adentrando marcos teóricos sobre o discurso de classe social Mangabeira Unger questiona a assertividade de Marx, que identifica a dinâmica interna da sociedade como um todo e a relação de conflitos inevitáveis como catapultas para a revolução e causa urgente de transformação. Para ele, os motivos são outros: a guerra e o colapso econômico desenvolvem papéis centrais do nascimento das reformas no âmago da sociedade.

Enquanto isso, a classe trabalhadora tradicional está sendo acirradamente disputada pelos grupos que pleiteiam o poder. E a esquerda está perdendo essa batalha, ainda que o operariado tivesse, à priori, certa empatia pela mesma. Isso porque a força de trabalho organizada e pressionada pelo capital impávido tem tendências naturais a uma representação segundo esse espectro. Hoje, enxerga-se na esquerda mais um grupo de interesses mesquinhos e categorizados do que um modelo de aspirações comuns e universais da sociedade (UNGER, 2008).

A esquerda é permeada por uma crise atualmente. Igualmente ao seu parecer sobre o impulso para grandes mudanças na sociedade, Mangabeira Unger também associa os traumas externos e o colapso econômico como fatores prioritários na organização interna dos agrupamentos progressistas e se lança a pensar possíveis caminhos para eles. Insiste que diante das dificuldades que atravessamos por ora, não é suficiente humanizar o caos, mas transformá-lo.

A natureza relacional das pessoas deve ser a base sólida que permite a transformação necessária. Na responsabilidade que se constrói mutuamente entre os indivíduos é formada uma rede de solidariedade que permite certa segurança ao avançar numa sociedade mais justa, logicamente amparada por um estado prudente e robusto na defesa dos direitos individuais e coletivos, preferivelmente que mescle características da democracia direta e da representativa, que tenha elevado índice de participação popular e que seja forjado em um ambiente de política democrática de alta performance. Incluindo partidos e eleitorado nas formulações resolutivas para o conjunto da sociedade, há de ser um novo período para a esquerda e para a população. Para Mangabeira Unger, as esquerdas só terão algum eco no mundo moderno a partir do momento que assumirem para si a tarefa de reconstruir internamente as instituições que hoje definem a economia de mercado e a democracia política, e então, dar visibilidade a estas. Menciona que para atingir esse objetivo a esquerda deve romper com a lógica do dirigismo estatal e organizar a completa mobilização dos recursos nacionais¹³

De fato, Mangabeira Unger é um pensador que propõe soluções criativas à crise política e cívica que se apresenta. Conhecemos hoje duas visões padrões de estabelecer uma ordem social: a revolucionária e a reformista. A primeira, propõe uma substituição da realidade dada, estabelecida nos marcos do conflito e apoiados por maiorias enérgicas. Visto que se pressupõe a troca completa de líderes e *modus operandi*, pode-se afirmar que respondem por naturezas antagônicas. A segunda, se aproxima do que antes chamou de humanização do inevitável, aposta na distribuição de recursos que amenizem sofrimentos e ausências materiais em algum grau, mas que não necessariamente emancipem o povo. Reformistas também acreditam (e aplicam) concessões que acalmam ansiedade de grupos organizados em torno de pautas específicas. Para Unger, um novo caminho só é possível mescladas as duas visões padrões, que através de mudanças graduais e sistemáticas apostam para um processo transformador.

Especificamente sobre o tema de classes sociais Mangabeira Unger enfatiza que o nicho "classe trabalhadora" não pode ser confundido com a classe operária tradicional, força de trabalho sindicalizada, operária industrial de capital intensivo. Isso

¹³ "Uma economia de guerra sem uma guerra" (UNGER, 2008, p. 33) diz. Unger sinaliza de maneira veemente a necessidade de uma estruturação militar, constantemente, no decorrer de suas obras e discursos.

porque o indivíduo que trabalha, a fim de um salário que sustente sua vida e a dos seus, no mundo moderno, passa por inúmeros outros ofícios que não o das indústrias e fábricas. É classe trabalhadora aquela cumpridora das inúmeras funções nas quais se divide hoje o universo trabalhista, empreendedor, comerciário e há ainda que se pensar na força de trabalho que se marginaliza, é imigrante e beira a ilegalidade através de sua territorialidade e possibilidades de sustento. Carentes de direitos e de esperanças, esses trabalhadores batalham pela dignidade.

Um forte apelo nessa gama de novas modalidades de trabalho pertence aos pequenos comerciantes, geralmente identificados como líderes de negócios familiares locais, geradores de renda, empregos e ultimamente reféns de uma economia assolada pela recessão. Esse é um nicho importante no que diz respeito a esta pesquisa e a percepção de sua classe social e como isto interfere no comportamento eleitoral. De maneira relacional, de praxe os donos desses pequenos comércios familiares aproximam sua auto identificação muito mais de pequeno-burgueses do que do proletariado. Por sua vez, a classe média tradicional tem dificuldade de reconhecê-los como pares e os reduzem a classe trabalhadora tradicional. Essa comparação, em movimento, produz efeito relevante se o trabalhador que é pequeno empresário se reconhece mais como patrão do que como proletário. No entanto, esses agentes são pouco reconhecidos e incentivados pelo Estado como fomentadores da economia macro. Erroneamente negligenciados, sucumbem engolidos pelas engrenagens da crise, enquanto poderiam ser parte da solução.

Mangabeira Unger afirma que essas forças deveriam ser justamente o trunfo da esquerda, a quem elas deveriam representar, mas se isto for construído sob a teoria marxista, recaímos sobre uma espécie de conflito conceitual sobre os interesses de classe, que deverá produzir o seguinte resultado:

De acordo com esta teoria, quanto mais amplo o escopo e mais aguda a intensidade dos conflitos classistas, menos razão há para a dúvida ou a discussão do conteúdo objetivo dos interesses de classe em jogo. A luta rasgava as máscaras; e a derrota política irá propiciar a correção salutar de qualquer equívoco. (UNGER, 2008, p. 41-42)

Sua ótica sobre o conflito de classes, seus projetos e interesses perpassa um outro movimento: Mangabeira Unger acredita que quando esses típicos embates acontecem de maneira menos caótica e são gerenciados para não impulsionarem

grandes explosões, seu conteúdo é mais claro. Quando a luta é mais intensa e ganha corpo, esse estado de calma e naturalidade desaparece:

A questão - quais são meus interesses enquanto membro desta classe ou desta nação - e inseparável de outra: em que direções diferentes este mundo poderia ser alterado - e como minha identidade e meus interesses mudariam em cada um desses mundos modificados? A ideia de que interesses de grupo possuem conteúdo direto e objetivo não é mais que uma ilusão, cujo apelo depende da contenção ou interrupção do conflito prático e visionário. (UNGER, 2008, p. 43)

Para além da construção do pensamento entre grupos e seus interesses, é necessário salientar que os trabalhadores estão em risco eminente e constante, mesmo nas maiores economias do mundo. Através da humanização do inevitável a ala mais precária deles pode ser protegida da miséria, mas alienados das verdadeiras oportunidades de emancipação, retroalimentando o abismo da desigualdade. Setores privilegiados permanecem concentrando características de renda, poder, acesso aos direitos fundamentais e educação formal enquanto os mais pobres ainda dependem de governos atentos a garantir ao menos sua sobrevivência –e não novas possibilidades que pudessem catapultar seus sonhos e projetos.

O alerta da derrota da esperança pelo medo reflete nas urnas quando acontece no cotidiano dos indivíduos. A insegurança material sentida pelas populações mais vulneráveis abre brecha para que partidos nacionalistas -ditos patriotas- e populistas de direita a explorem, maquiando uma realidade torpe e prometendo mudanças superficiais que amenizem a carência do povo. Cabe a esquerda recuperar sua confiança através de outros caminhos. A reconquista da classe trabalhadora virá ao passo que esta se sinta protegida dos perigos já mencionados. Apenas a criação de empregos e o conseqüente desenvolvimento econômico podem proteger a classe trabalhadora de seu enfraquecimento eminente. Obviamente não se trata de uma fórmula simples, mas não se pode chegar a qualquer resultado diferente trilhando os mesmos percursos. Avançar economicamente será conseqüência de um empenho estatal focado no produtivismo e na expansão da democracia, socialmente comprometido, inovador, que garanta a emancipação do indivíduo e que este se esmere enquanto elemento coletivo na reconstrução das instituições políticas. As esquerdas cabem o papel de garantir que a humanização não se dê apenas no

inevitável, mas que venha atrelada ao compromisso de alçar a democracia aos níveis mais altos de energia, de transformação.

Enquanto a direita se apropriou do nacionalismo, de maneira repentina, poderosa e que se tornou uma característica visivelmente perigosa ao longo do século XX -e que ameaça se repetir no século XXI-, a esquerda peca em não resignificá-lo a fim de alavancar alternativas progressistas. Para Mangabeira Unger, o maior erro estratégico desse campo foi eleger, ao longo da História, a pequena burguesia como inimiga ou aliada de conveniência, enquanto definia como base a classe operária tradicional, já que a considera a ponta frágil da força de trabalho, que clama por proteção e zelo. Por orientação imaginativa ou situação econômica, somos nós - militantes sociais, intelectuais, pequenos empreendedores- os pequeno burgueses que elegemos como adversários, impossibilitando-nos de qualquer vitória, visto que somos a própria derrota. Estamos num processo recorrente de autossabotagem enquanto não soubermos quem fortalecer ao invés de humanizar.

A autopercepção do indivíduo enquanto membro dessa ou daquela classe é construída por um conjunto de fatores, que garantem sua manutenção, sempre de maneira relacional:

Um dos traços mais marcantes desse sistema de classe, tal como agora se configura nos países mais ricos, é que a classe trabalhadora, a dos pequenos empresários e mesmo os soldados rasos da classe de profissionais, gerentes e rentistas são, ao mesmo tempo, protegidos contra a destituição e excluídos do poder. Excluídos não apenas no sentido da influência sobre o governo, mas também por não terem nada de significativo a dizer sobre suas perspectivas e experiências cotidianas de trabalho. Eles com frequência se sentem prisioneiros - acordando certo dia para descobrir que estão levando o único tipo de vida que poderiam levar- e, em grande parte, eles estão mesmo aprisionados. (UNGER, 2008, pág. 52)

Além do elemento comparativo, há ainda outros, pertinentes à mobilidade de classe ou sua manutenção. Talvez o mais forte deles seja a educação formal, ponta do iceberg das condições materiais, já que o principal escopo da educação consiste em preparar o indivíduo para agir e pensar na sua existência, e impulsioná-lo para ir além de suas condições iniciais e básicas. O ser humano, de capacidade imaginativa infinita, tem na educação formal o pontapé inicial para realização plena de seus anseios, interesses e sonhos; são detentores de poder e vontade de transformação da própria realidade e do universo ao redor, impressos em suas identidades sociais e culturais. Se um povo é estruturado através da educação e essa se torna a ferramenta

que promove sua voz e pensamento, dificilmente esse espírito será aparelhado por lideranças nefastas ou burocracias estatais (UNGER, 2008).

Síntese do capítulo

Alberto Guerreiro Ramos analisa com afinco as eleições de 1960, que elegeram Jânio Quadros; com trechos perpassados por Wanderley Guilherme dos Santos pudemos identificar neste específico momento de crise política do séc. XX semelhanças visíveis ao período de crise mais recente, iniciado em 2013. A falência, ou paralisia, dos partidos tradicionais, a polarização eleitoral entre dois partidos e candidatos vencedores considerados outsiders a essa dicotomia partidária em questão.

Guerreiro Ramos atribui a vitória de Jânio ao conceito marxista do bonapartismo, vigente àquele período, num movimento que despreza os vínculos partidários, a sociedade política e a força das classes sociais organizadas, bem como insinua os movimentos adeptos ao atual presidente, Jair Bolsonaro, para o atual momento. Esquecem-se, porém, que líderes carismáticos só permanecem de pé suportados pelo povo, munidos da força de suas classes de sustentação. Na classificação weberiana, o carisma só pode ser considerado genuíno se vem de camadas populares que o legitimem.

Também Gláucio Soares se refere ao aspecto carismático weberiano em seus escritos, pontuando que ele é, antes de tudo, relacional, fugindo de uma imagem individual. Apenas por reunir características que agradem um grupo de pessoas com interesses comuns -classes sociais, por exemplo-, podem esgotar essa hipótese. Soares também invoca Weber para explicar a diferença entre classe e estamento, indicando marcos simbólicos fundamentais que delimitam grupos economicamente pares.

Outro aspecto a ser considerado é indicado por Santos destacando a relação dos países em desenvolvimento, sua modernização e industrialização tardia e as consequências diretas ao comportamento eleitoral, bem como o fizeram em capítulo precedente Seymour Martin Lipset e Ronald Inglehart, atribuindo à desigualdade, a pobreza e as carências materiais um limbo de atuação política e ausência de estímulos que possam ocupar essa lacuna da autoexpressão.

O discurso do pós-materialismo em comportamento eleitoral tem eco nas palavras de Vitor Peixoto e Gláucio Soares, atentos à percepção da mobilidade social e seus reflexos. Ser de uma classe social implica diretamente na maneira que os indivíduos se comportam politicamente, mas perceber a mobilidade de sua própria condição eleva consideravelmente a possibilidade de que as escolhas de cada cidadão sejam balizadas por esse fator. A partir disso, se fortalecem os indícios de que a estrutura social orienta a estrutura política de um país.

Para falar de classes sociais, Pierre Bourdieu sintetiza no conceito de capital cultural um conjunto de relações afetivas, profissionais, acadêmicas e políticas; as manifestações de domínio simbólico, que se diferenciam de uma classe à outra a depender do quanto é aplicado em cada uma delas. Um investimento que se dá quando o poder aquisitivo é capaz de proporcionar produtos, serviços e itens culturais a determinados indivíduos que naturalmente têm a formação influenciada por esses fatores e conseqüentemente possuem mais aptidões para interagir politicamente com o mundo à sua volta.

Jessé Souza é enfático ao defender uma visão mais ampla dos critérios que determinam o pertencimento a uma classe por indivíduos que sejam, não apenas economicamente pares, mas também alinhados por seus respectivos status. Para o autor, o fator primordial que baliza toda nossa experiência é a socialização familiar, visto que essa é responsável por nossa inclusão no ambiente escolar, no mercado de trabalho e nas possíveis oportunidades de inserção social ao longo da vida.

Por fim, Mangabeira Unger ilustra a ordem social dividida em dois padrões -o revolucionário e o reformista-, a fim de justificar de maneira satisfatória sua análise sobre classes sociais e comportamento eleitoral. Para ele, enquanto medidas revolucionárias correspondem a conflitos marcados e apoiados por maiorias enérgicas, visões reformistas tendem à "humanização do inevitável" -a distribuição de recursos que amenizam carências materiais, mas retardam uma real emancipação popular.

Unger acredita que a política é uma real construtora de novas coletividades, marcada pela fusão de interesses, onde o fator "classe social" se configura como importante fator externo, sem excluir a hipótese que ele seja reconstruído internamente pela política, postulando luta de classes e fusão de interesses num novo arquétipo comportamental.

Considerações finais

Estamos diante de novos fenômenos político-comportamentais no Brasil. Levando em consideração o fato de sermos um país jovem, de República recente, que ainda busca acertar o passo para se tornar uma nação madura, é necessário observar certos movimentos em tempos de crise, para que inspirem soluções novas e criativas. Dito isto, analisar o tema das classes sociais ao longo da nossa caminhada histórica se faz necessário.

Ponto de partida, Karl Marx e Max Weber merecem atenção especial, uma vez que seus escritos permanecem vívidos, considerando a máquina social uma engrenagem primorosa, ainda obediente aos preceitos por eles elucidados. Enquanto Marx revela o teor de uma sociedade centrada nos valores econômicos, dividida segundo o lugar dos indivíduos nas cadeias de produção; Weber apresenta a importância dos elementos simbólicos na estratificação social, ambos denotando toda uma complexidade no longo percurso que estamos a trilhar.

Nos dois períodos de crise pertinentes a esta análise cabe dizer que através do bonapartismo exposto na teoria marxista experimentamos episódios recorrentes de poder verticalizado, deixando pouco espaço de atuação às camadas populares enquanto classe social unificada. Porém, é importante ressaltar que esses episódios só foram passíveis de evolução sustentados pela democracia plebiscitária via movimentos carismáticos, referendados pelas classes sociais em exercício do próprio comportamento político e eleitoral, estimulados pelo descrédito nas instituições e esperançosos por mudanças substanciais. Nesse caso, a verticalização do poder pode ser realizada não só de cima para baixo, mas também de baixo para cima.

Autores responsáveis pelo pensamento da sociologia política mais recente despertam para indicativos mais amplos de classes sociais e novos eventos do mundo contemporâneo, como a crise imigratória e a relação dos indivíduos com o mercado de trabalho globalizado; o advento da industrialização e modernização urbana em curso; as necessidades pós-materialistas e os meios de autoexpressão dos países em desenvolvimento; ou ainda o lugar das políticas identitárias no cerne do comportamento político. Todos tópicos dignos de investigação apurada e nenhum deles isolado do componente "classe social" no decorrer do progresso dos povos rumo a um estado de cidadania plena e harmonia comum. O escopo desta pesquisa é

justamente encontrar o ponto de inflexão entre deslocamento da politização da classe social em favor da politização frívola do estilo de vida, do status oco, e considerar resoluções pertinentes à fim de evitar esse revés.

Colocando em paralelo a década de 1960 e a de 2010, pudemos apurar semelhanças pertinentes no cenário político brasileiro e seus possíveis resultados (visto que estamos ainda sob vigência da segunda década em questão) e contar com diagnósticos imbuídos de investigações e apontamentos pertinentes. Estudos recentes apontam para um novo, e muito interessante, fator referente às classes: a percepção da mobilidade social como motivador de novos comportamentos políticos, consonantes com a realidade brasileira vigente. Indicadores naturalmente balizados também por circunstâncias pouco discutidas outrora, ou melhor, potencializadas por discursos correntes; o estilo de vida, mencionado por Weber, ganha atualizações em Jessé Souza, sob o prisma da socialização familiar e Pierre Bourdieu, através do conceito de capital cultural.

É preciso uma nova ótica sobre antigas questões. Em detrimento de uma visão maniqueísta das classes sociais e sua intervenção no comportamento político dos indivíduos, pode prevalecer uma lógica construtora de um novo corpo social, onde o fator classista seja, ao mesmo tempo, externo, vide as experiências sociológicas apontadas nesta pesquisa, mas atreladas a uma edificação interna moldada pela própria política, estipulando novos paradigmas que já não se esgotam em padrões pré-estabelecidos.

Referências bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre. **O campo político**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5, Brasília, Jan/Jul 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100008. Acesso em: jul. 2019

COSTA, Sérgio. **Estrutura Social e Crise Política no Brasil**. Dados [online]. 2018, vol.61, n.4, pp.499-533. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v61n4/0011-5258-dados-61-4-0499.pdf>. Acesso em: jul. 2019

DAHL, Robert. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1997.

DOMINGUES, José Maurício. **"Pobres", esquerda e mudança social no Brasil contemporâneo**. Série Cadernos FLACSO, nº 9, Rio de Janeiro. Mar. 2013. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/N9JoseMauricioDominguesPortugues.pdf>. Acesso em: jul. 2019

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Editora Ática, 1994

INGLEHART, Ronald; e WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. São Paulo: Francis, 2009.

LIND, Michael. **"The New Class War"**. American affairs, Summer/2017, Volume I, number 2. Mar. 2017. USA. Disponível em: <https://americanaffairsjournal.org/2017/05/new-class-war/>. Acesso em: jul. 2019

LILLA, Mark. **O progressista de ontem e o do amanhã: Desafios da democracia liberal no mundo pós-políticas identitárias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LIPSET, Seymour M. 1967. **O Homem Político**. Rio de Janeiro: Zahar. 1967.

MARX, Karl; e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2007[1845-1846].

_____. **Manifesto Comunista**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2007[1851-1852].

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2011[1848].

MIGUEL, Luis Felipe. **Desigualdades e Democracia: O debate da teoria política**. 1ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

NERI, Marcelo. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. São Paulo: Saraiva, 2011.

OLIVEIRA, Francisco. **Hegemonia às avessas**. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.

PEIXOTO, Vitor; MATHEUS, Jéssica; TISSÉ Gabriel. **Economia social da (In)tolerância política: como as avaliações sobre economia e mobilidade social impactam as atitudes democráticas**, 2018. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42., Caxambu-MG, 2018. GT05 Comportamento, opinião pública e cultura política. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt05-29/11149-economia-social-da-in-tolerancia-politica-como-as-avaliacoes-sobre-economia-e-mobilidade-social-impactam-as-atitudes-democraticas/file>. Acesso em: jul. 2019

PEIXOTO, Vitor; RENNÓ, Lúcio. **Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil**. *Opinião pública*, Campinas, v. 17, n. 2, nov. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010462762011000200002. Acesso em: jul. 2019

PZREWORSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/IUPERJ, 2003.

SELL, Carlos Eduardo. **Max Weber and the debate on social classes in Brazil**. *Sociol. Antropol.* [online]. 2016, vol.6, n.2, pp.351-382. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sant/v6n2/2238-3875-sant-06-02-0351.pdf>. Acesso em: jul. 2019.

SINGER, André. **Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo**. *Psicologia USP*, v.26, n. 1, p. 7-14, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v26n1/0103-6564-pusp-26-01-00007.pdf>. Acesso em: jul. 2019.

_____. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

SINGER, Paul Israel. **Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A democracia interrompida**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

_____. **Os Batalhadores Brasileiros – Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.

STAHOLI, Urs. **Spectacular Speculation: Thrills, The Economy and popular discourse**. California: Stanford University Press, 2013.

UNGER, Roberto Mangabeira. **O Que a Esquerda Deve Propor**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **A Segunda Via: Presente e Futuro do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.

WEBER, Max. **Classe, estamento, partido**. In: GERTH, Hans e MILLS, Wright (Org.). Max Weber - Ensaio de sociologia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974, p. 211-228.

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

C921 Crespo, Roberta Barcellos Pessanha.

Classe social e comportamento político : uma análise teórica comparada no Brasil dos séculos XX e XXI em dois períodos de crise / Roberta Barcellos Pessanha Crespo. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2020.

83 f.

Bibliografia: 81 - 83.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2020.

Orientador: Roberto Dutra Torres Junior.

1. classe social. 2. comportamento político. 3. pós-materialismo. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320